Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Inventário Nacional de Referências Culturais

INRC 2000
Manual de Aplicação

Departamento de Identificação e Documentação
IPHAN
MinC

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso

Ministro da Cultura
Francisco Weffort

Presidente do IPHAN
Carlos Henrique Heck

Diretora de Identificação e Documentação - DID
Célia Maria Corsino

Coordenadora de Identificação
Catarina Eleonora Ferreira da Silva - DID

Ficha Técnica

Equipe Técnica do DID

Ana Claudia Lima e Alves - Coordenadora do Projeto no DID
Isolda dos Anjos Honnen
Márcia Chuva
Márcia Sant´Anna

Equipe Técnica da Andrade e Arantes
Antônio Augusto Arantes Neto – Coordenador Geral do Projeto
Antonieta Marília de Oswald de Andrade
Álvaro de Oliveira D´Antona
Marcelo Nahus de Oliveira
Pedro Corsi Okabayashi

Colaboradoras
Ana Gita de Oliveira – 14ª SR/IPHAN
Maria Cecília Londres Fonseca – MinC
Teresa Carolina Frota de Abreu – 6ª SR/IPHAN

Diagramação
Marco Antonio Gaspar Pereira

Capa
Cristiane Dias

Fotos
Menino: apresentação do Boi-Duro em Belmonte, BA. Fotógrafo: Pedro Okobayashi.
Homem: representante do grupo de caboclos. Festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos do Serro, MG. Fotógrafo: João Horta.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Inventário nacional de referências culturais : manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. – Brasília : Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

156 p. : il.

Conteúdo: Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio / Cecília Londres ; Como ler o INRC / Antônio Augusto Arantes Neto.

I. Corsino, Célia Maria. II. Londres, Cecília. III. Arantes Neto, Antônio Augusto. IV. Título.

CDU 316.7 (083)

Todos os direitos são reservados ao IPHAN, não sendo permitida a reprodução parcial ou total, sem prévia autorização.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 7

REFERÊNCIAS CULTURAI: BASES PARA NOVAS POLÍTICAS DE PATRIMÔNIO 11
BIBLIOGRAFIA 21
INTRODUÇÃO 23

COMO LER O INRC 27
Sobre a noção de *inventário* 27
Construindo o objeto da pesquisa: *referências* e *bens culturais* 28
Delimitação do universo 32

PROCESSO DE TRABALHO 35
Formação da equipe 35
Procedimentos 36
Levantamento preliminar 36
Ficha de Campo: Levantamento Preliminar 39
Identificação 43
Documentação 43

IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO E LOCALIDADES 44
Procedimentos para Identificação do Sítio e das localidades 45
Ficha de identificação do sítio 47
Ficha de identificação de localidade 53
Anexo 1: bibliografia 59
Anexo 2: registros audiovisuais 63
Anexo 3: bens culturais inventariados 69
Anexo 4: contatos 75

IDENTIFICAÇÃO DOS BENS CULTURAIS 79
Identificação 79
Questionário e Ficha de Identificação: Celebrações 81
Questionário e Ficha de Identificação: Edificações 95
Questionário e Ficha de Identificação: Formas de Expressão 105
Questionário e Ficha de Identificação: Lugares 123
Questionário e Ficha de Identificação: Ofícios e Modos de Fazer 133
Ficha de Campo: Registros Audiovisuais 151

MONTAGEM DO RELATÓRIO 155

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Apresentação

Há longo tempo são discutidos no IPHAN a identificação de novos bens culturais, representativos dos diferentes grupos sociais, e a construção de instrumentos e métodos adequados à sua pesquisa e valorização. Especialmente depois da promulgação da Constituição de 1988, que incorpora a visão antropológica (e muito mais democrática) da cultura e das noções de bem cultural, dinâmica cultural e de referência cultural, já adotadas e experimentadas pelo CNRC e pela próMemória.

Era preciso aprofundar as reflexões e experiências anteriores, no sentido de tentar superar antigos impasses – como a (falsa) dicotomia entre os *bens de pedra e cal* e as demais manifestações culturais inseridas na dinâmica do cotidiano – e evoluir para a construção de novos instrumentos, capazes de levantar e identificar bens culturais de natureza diversificada, apreender os sentidos e significados a eles atribuídos pelos grupos sociais e encontrar formas adequadas à sua preservação.

Buscando organizar as reflexões em torno dessas questões, em 1995, o Departamento de Identificação e Documentação - DID patrocinou um Encontro de Inventários do Conhecimento, no Rio de Janeiro, onde foram apresentados trabalhos e experiências de inventário, do próprio IPHAN e de outras instituições estaduais e municipais. Esses trabalhos foram reunidos na publicação *Inventários de Identificação – um panorama da experiência brasileira*.

No mesmo ano, trabalhando em parceria com a Superintendência Regional de Minas Gerais, o DID realizou uma experiência-piloto de *Inventário de Referências Culturais* na cidade do Serro. Concebido inicialmente como um módulo do Inventário de Bens Imóveis (INBI), para ser aplicado em núcleos históricos tombados, este primeiro trabalho já tratava de atualizar a experiência dos antigos CNRC e próMemória, buscando apreender os sentidos atribuídos pelos moradores ao patrimônio cultural, para orientar o planejamento das intervenções.

O aprofundamento dessas reflexões teve continuidade em 1997, no Seminário do Patrimônio Imaterial, em Fortaleza, e em nova experiência de realização do inventário de referências culturais em Diamantina – MG, como parte do processo de instrução do dossiê da candidatura daquela cidade à lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

O Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC, aqui apresentado, assumiu sua forma atual e definitiva em 1999, graças a um esforço concentrado em seis meses de trabalho, viabilizado pelas seguintes condições favoráveis:

- as experiências anteriores do inventário de referências culturais e a consolidação dos demais inventários desenvolvidos pelo DID;

- a realização de nova experiência do inventário de referências

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

culturais, na cidade histórica de Goiás, como parte do processo de instrução da sua candidatura à lista do Patrimônio Mundial, em parceria com a 14ª SR e o Movimento Pró-Cidade de Goiás;

- as definições das categorias de bens culturais produzidas pela Comissão e pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, recentemente estabelecidas no Decreto nº 3.551, que institui o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial; e

- as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil e os investimentos promovidos pelo Ministério da Cultura na área do Museu Aberto do Descobrimento - MADE, o que possibilitou a contratação da empresa Andrade e Arantes – Consultoria e Projetos Culturais.

Sob a coordenação do antropólogo Antônio Augusto Arantes, foi realizada uma nova experiência-piloto do inventário, no sítio compreendido pelo MADE, que abrange sete localidades na região de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, na Bahia. Sob a mesma coordenação, aprimorou-se a definição da base conceitual do Inventário e foram criados, testados e aprimorados os formulários, a metodologia e o banco de dados do INRC. Todo o processo foi desenvolvido com base na interlocução permanente entre a equipe técnica interdisciplinar do IPHAN e a equipe dos consultores, sob a supervisão do DID.

O desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC significa a disponibilização de um instrumento essencial para a identificação e documentação de bens culturais e, consequentemente, para as possibilidades de preservação desses bens. Vale enfatizar que o INRC é um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais. A indicação de bens para Registro e/ou para Tombamento pode resultar de sua aplicação, mas não obrigatoriamente. O INRC é, antes, um instrumento de conhecimento e aproximação do objeto de trabalho do IPHAN, configurado nos dois objetivos principais que determinaram sua concepção:

1. identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade; e

2. apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferencias de sua preservação.

Dotado dos instrumentos capazes de atender a estes objetivos, de grande abrangência e complexidade, o Inventário Nacional de Referências Culturais demanda equipes técnicas qualificadas para sua aplicação, sob acompanhamento e supervisão direta e permanente do IPHAN. Nesse sentido, foi formulado e se disponibiliza este Manual, com as devidas explicações dos crité-

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

rios e instruções sobre a metodologia e demais instrumentos constitutivos do INRC.

O Manual contém as reflexões e explicações formuladas pelo Professor Arantes, bem como a metodologia e o conjunto completo de questionários e formulários auto-explicativos, relacionados às etapas compreendidas pelo Inventário Nacional de Referências Culturais. Recomendamos sua leitura atenta, como também do texto de abertura, "Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio", de Cecília Londres. O material de aplicação do INRC compreende ainda um disquete com os formulários e questionários em branco para impressão, reprodução e preenchimento.

O Departamento de Identificação e Documentação centralizará o banco de dados do INRC, na forma como procede com os demais inventários do IPHAN, incorporando as informações sistematizadas, produzidas em cada experiência de implantação.

Gostaria de destacar e agradecer o empenho entusiasmado das equipes do DID, do IPHAN e da Andrade e Arantes que participaram do processo e, em especial, o apoio da Diretora da 9ª Sub-regional, Cássia Boaventura, e a recepção atenta e carinhosa proporcionada pela Diretora da 17ª Sub-regional, Salma Paiva e seus auxiliares, durante o seminário interno realizado em Goiás, a Vila Boa.

Por sua abrangência e significado, pode-se afirmar que o Inventário Nacional de Referências Culturais constitui o instrumento mais completo de que dispõem hoje, o Estado e a sociedade brasileira, para identificação e documentação dos bens culturais que constituem o seu patrimônio, abrindo, portanto, novas possibilidades para sua preservação.

Brasília, DF, agosto de 2000

Célia Maria Corsino
Diretora do DID

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Referências Culturais: Base Para Novas Políticas de Patrimônio *

Cecília Londres

A proteção de bens culturais de excepcional valor histórico e artístico, em nome do interesse público, é prática social consolidada no Brasil há mais de cinqüenta anos. Essa prática, inaugurada pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), não costumava, até os anos setenta, suscitar maiores dúvidas quanto aos princípios que norteavam a aplicação do único instrumento legal disponível: o tombamento. As dificuldades e resistências encontrados pelos pioneiros do SPHAN decorriam sobretudo de protestos à limitação do direito de propriedade e de uso dos bens tombados. Mas a autoridade intelectual e moral dos modernistas que aderiram ao SPHAN e que se apresentavam como defensores do interesse da nação, legitimava a escolha dos bens a serem protegidos nos termos do Decreto-lei no. 25, de 30 de novembro de 1937.

Entretanto, Mário de Andrade já assinalara na proposta entregue ao ministro Gustavo Capanema em 1936 que o patrimônio cultural da nação compreendia muitos outros bens além de monumentos e obras de arte. Anos depois, em fala à Câmara do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Conselho Nacional de Cultura, Rodrigo Melo Franco de Andrade reconhecia que "o acervo dos bens culturais compreendidos no campo de ação do órgão integrante do Conselho ultrapassa largamente a relação numérica dos bens inscritos nos livros do Tombo, bem como a fração dos que devem, por seus requisitos, ser incluídos no tombamento." (1987:71) Esporadicamente, nas reuniões do Conselho Consultivo do órgão, eram discutidos os limites do tombamento como único instrumento de proteção adequado à diversidade do patrimônio cultural brasileiro. (NOTA 1)

Somente a partir de meados da década de setenta os critérios adotados pelo IPHAN começaram a ser objeto de reavaliações sistemáticas, que levaram à proposta de uma nova perspectiva para a preservação de bens culturais. Essas reavaliações partiam de pessoas vinculadas a atividades "modernas", como o *design*, a indústria e a informática. (NOTA 2) Entre outras mudanças, foi introduzida no vocabulário das políticas culturais a noção de "referência cultural", e foram levantadas questões que, até então, não preocupavam aqueles que formulavam e implementavam as políticas de patrimônio.

Indagações sobre quem tem legitimidade para selecionar o que deve ser preservado, a partir de que valores, em nome de que interesses e de que grupos, passaram a pôr em destaque a dimensão social e política de uma atividade que costuma ser vista como eminentemente técnica. Entendia-se que o patrimônio cultural brasileiro não devia se restringir aos grandes monumentos, aos testemunhos da história "oficial", em que sobretudo as elites se reconhecem, mas devia incluir também manifestações culturais representativas para os outros grupos que compõem a sociedade brasileira – os índios, os negros, os imigrantes, as classes populares em geral.

Quando se fala em "referências culturais", se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu "peso" material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historica-

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

mente condicionados. Levada às últimas conseqüências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional, etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de "patrimônios culturais", legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc.(NOTA 3) Relativizando o critério do saber, chamava-se a atenção para o papel do poder.

Neste texto, parto do pressuposto de que ocorreu no Brasil, nos anos setenta, uma reorientação de uma prática implementada pelo Estado desde 1937 – a preservação de bens culturais – reorientação que, embora estivesse em consonância com mudanças nos diferentes campos das ciências sociais – a história, e sobretudo a antropologia – partiu de agentes vinculados a outras área (o *design*, a indústria, a informática) e no exercício de uma prática institucional e política. A noção de "referência cultural", entre outras, foi incorporada por esses agentes a seu discurso, como um dos emblemas de sua proposta. Pouco explorada enquanto conceito, tornou-se porém a marca de uma postura inovadora em relação à noção de "patrimônio histórico e artístico", na medida em que, naquele momento, remetia primordialmente ao patrimônio cultural não consagrado. A noção de "referência cultural", e as inúmeras experiências que, em seu nome, foram realizadas, serviram de base, juntamente com a releitura das posições de Mário de Andrade no seu anteprojeto para um Serviço do Patrimônio Artístico Nacional e na sua atuação no Departamento de Cultura, para a definição de patrimônio cultural expressa no artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que alarga o conceito ao falar de "bens culturais de natureza material e *imaterial*" (o grifo é nosso).

Entretanto, o cumprimento do preceito constitucional implica em regulamentação no que diz respeito à preservação dos bens culturais de natureza imaterial, para os quais instrumentos de proteção de caráter restritivo, como é o tombamento, são inadequados. É preciso criar formas de identificação e de apoio que, sem tolher ou congelar essas manifestações culturais, nem aprisioná-las a valores discutíveis como o de autenticidade, favoreçam sua continuidade. Por esse motivo, considero que retomar a experiência relativamente recente do CNRC, e tentar avançar no entendimento da noção de referência cultural, pode contribuir para alcançar esse objetivo.

1. A NOÇÃO DE REFERÊNCIA CULTURAL

1.1. Sobre os sentidos do termo "referência"

O termo "referência" é de uso corrente na linguagem quotidiana, pelo menos em um registro culto. Etimologicamente, vem do verbo latino *referre*, que significa "levar", "transferir", "remeter". Pressupõe uma relação entre dois termos, um movimento em determinada direção.

Na linguagem corrente, o termo "referências" é sinônimo de informações (pedir referências sobre um candidato); em uma biblioteca, "obras de referência" são obras de consulta, que esclarecem sobre uma linguagem, um determinado assunto, etc.; quando cientistas mencionam "centros de referência" em sua área, isso significa "modelo", padrão de qualidade, remissão obrigatória quando se estuda aquele assunto; quando dizemos que um determinado indivíduo ou grupo perdeu seus "pontos de referência", isso indica uma crise de identidade, um desenraizamento, em geral decorrente de uma mudança significativa: transferência para local desconhecido, alteração de situação social, em suma, uma perda importante.

Em sentido conotativo, "referência" evoca a idéia de um ponto de apoio ou de encontro, base, e, por extensão, uma "verdade" consensualmente aceita por um determinado grupo, ou uma autoridade coletivamente reconhecida. Aponta, portanto, para uma convergência de pontos de vista.

Os termos "referência" e "referente" são elaborados como conceitos pela filosofia, ba-

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

sicamente pela Lógica e pela Filosofia da Linguagem, com Gottlob Frege, Bertrand Russell,etc.; pela Lingüística, por Saussure, Ogden e Richards, Jakobson, etc.; pela Psicologia e pelas Ciências Sociais. (Cf. MORA, 1994:623-628)

Na base de todas essas elaborações está uma questão central para a epistemologia: é possível pensar em "referências" e sobretudo em "referentes" independentes da linguagem?

Tanto na filosofia da linguagem quanto na lingüística, há os que recorrem às noções de "referência" e de "referente" para designar o que existiria independentemente do pensamento e da linguagem, a "realidade externa", o "mundo".

A base dessa concepção é um dos pressupostos da filosofia moderna: o de que a mente humana se caracteriza por "espelhar", por "refletir" o mundo, o que redunda em conceber o conhecimento como a representação correta da realidade. (NOTA 4)

As teorias referencialistas da significação foram contestadas tanto no campo da lingüística quanto no da filosofia, para o que contribuíram o desenvolvimento da psicanálise e da antropologia. Passou-se a questionar a possibilidade de se pensar e conhecer uma realidade anterior e externa a qualquer interpretação.

Para os cientistas que atribuem à linguagem uma posição central na produção do conhecimento, e não apenas como veículo, só é possível falar do mundo, representá-lo, através da linguagem. São códigos lingüísticos e contextos referenciais compartilhados – e não o contato e a apreensão "correta" de uma mesma realidade externa – que permitem a comunicação. Logo, só é possível conhecer o que é verbalizável, só é real o que pode ser dito. O papel do sujeito que "diz" assume, nesse contexto, uma nova importância.

Entretanto os termos "referência" e "referente" continuam conotando "univocidade", "transparência" da comunicação em relação ao que se quer dizer. Para o lingüista Roman Jakobson, (1963:209-248) quando um enunciado é compreendido sem ambigüidade – como, por exemplo, quando digo "hoje é dia 11 de fevereiro" – predomina a função referencial da comunicação. Mas essa univocidade e essa clareza não derivam, para Jakobson, de uma relação entre palavra e realidade externa, e sim do domínio, pelos interlocutores, dos mesmos códigos lingüísticos e das mesmas convenções e significações cristalizadas. Por exemplo, se a mesma informação fosse formulada em russo, ou se a mesma idéia – falar do tempo presente – fosse transmitida com base em outro calendário, possivelmente não se realizaria a comunicação, pelo menos para o mesmo auditório. Logo, o fato de se compartilhar um universo de significações – ou de "referências" – propicia a comunicação, e, simbolicamente, a coesão entre diferentes sujeitos.

Por outro lado, aceitar a centralidade do discurso, e o axioma de que todo conhecimento é produzido a partir de um lugar, em uma enunciação, levanta novos problemas para a epistemologia (como distinguir o verdadeiro do falso?) e para a ética (como discriminar o bom do mau, o melhor do pior?). O grande debate, hoje, nas ciências humanas, e que tem extensão na política e no direito, é entre o reconhecimento de valores universais e a afirmação de que todos os valores (e todo conhecimento) são relativos.

1.2. Sobre a noção de "referência cultural"

A expressão "referência cultural" tem sido utilizada sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio "descentrar" os critérios, considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos, que costu-

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

mavam nortear as interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais.

Por exemplo, no caso de inventários em sítios históricos urbanos, quando o que está em jogo não é apenas a proteção de determinados bens – sejam bens arquitetônicos isolados, sejam acervos de bens móveis – mas o reordenamento de um espaço, a questão é ainda mais complexa, pois implica a administração de interesses distintos, e a interferência no destino de uma região e dos que nela habitam. Trata-se de produzir um conhecimento para iluminar uma intervenção. (NOTA 5)

Ao se incluir nesse conhecimento a identificação de "referências culturais", deseja-se que, nessa intervenção, seja levada em conta não apenas a consideração do valor histórico e artístico dos bens. Mesmo que a isso se acrescente uma preocupação com a racionalidade econômica e social da intervenção, é possível que os inventários deixem de fora a dimensão simbólica daquele espaço para seus habitantes, necessariamente plural e diversificada. Pois, do ponto de vista da cultura, considerar apenas a concentração, em uma determinada área, de um número significativo de monumentos excepcionais, de algum modo a "desvitaliza", uma vez que se deixa, assim, de apreender em toda a sua complexidade, a dinâmica de ocupação e de uso daquele espaço.

Logo, quando não se trata de solo virgem, inexplorado, mas de regiões que têm história, tradições, ou seja, quando se trata de um solo "cultivado", que tem cultura inscrita nele, pensar em uma intervenção, mesmo que seja com o objetivo de "preservar o patrimônio", implica em uma reorientação do uso desse solo. Trata-se de levar em conta um ambiente, que não se constitui apenas de natureza – vegetação, relevo, rios e lagos, fauna e flora, etc. – e de um conjunto de construções, mas sobretudo de um processo cultural – ou seja, a maneira como determinados sujeitos ocupam esse solo, utilizam e valorizam os recursos existentes, como constróem sua história, como produzem edificações e objetos, conhecimentos, usos e costumes.

Embora essas informações só possam ser apreendidas a partir de manifestações materiais, ou "suportes" – sítios, monumentos, conjuntos urbanos, artefatos, relatos, ritos, práticas, etc. – só se constituem como "referências culturais" quando são consideradas e valorizadas enquanto marcas distintivas por sujeitos definidos.

Falar em referências culturais nesse caso significa, pois, dirigir o olhar para representações que configuram uma "identidade" da região para seus habitantes, e que remetem à paisagem, às edificações e objetos, aos "fazeres" e "saberes", às crenças, hábitos, etc.

Referências culturais não se constituem, portanto, em objetos considerados em si mesmos, intrinsicamente valiosos, nem apreender referências significa apenas armazenar bens ou informações. Ao identificarem determinados elementos como particularmente significativos, os grupos sociais operam uma ressemantização desses elementos, relacionando-os a uma representação coletiva, a que cada membro do grupo de algum modo se identifica.

O ato de apreender "referências culturais" pressupõe não apenas a captação de determinadas representações simbólicas como também a elaboração de relações entre elas, e a construção de sistemas que "falem" daquele contexto cultural, no sentido de representá-lo. (NOTA 6) Nessa perspectiva, os sujeitos dos diferentes contextos culturais têm um papel não apenas de *informantes* como também de *intérpretes* de seu patrimônio cultural. Na segunda parte deste texto, a partir de exemplos, vou tentar apresentar melhor esse raciocínio.

O conhecer é o primeiro passo para "proteger" essas referências – pois é preciso antes de mais nada identificá-las, enunciá-las. Entretanto, como a dimensão simbólica do espaço costuma ser mais "vivida" que conhecida, e também porque sua consideração pode limitar a realização de interesses outros (como a valorização do solo como mercadoria,

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

para construção de novas edificações), essa dimensão raramente é levada em conta no planejamento urbano. São, inclusive, valores que só costumam ser conscientizados quando se supõe a iminência da perda (Cf. GONÇALVES,1996), como ocorreu, por exemplo, nos anos trinta, quando alguns intelectuais modernistas perceberam que o processo de urbanização e o abandono das cidades históricas mineiras ameaçava destruir irremediavelmente o legado da arte barroca do período colonial.

Entretanto, como a preservação de bens culturais não atende a um interesse meramente museológico ou etnográfico, o conhecer – que se vale do saber já consolidado das diferentes ciências – é um passo necessário mas não suficiente para uma intervenção. Nesse ponto, o político vai se aliar ao saber – o que não significa que a dimensão política não estivesse já presente, de algum modo, no momento do conhecer. (NOTA 7)

Preservar traços de sua cultura é também, hoje sabemos, uma demonstração de poder. (NOTA 8) Pois são os poderosos que não só conseguem preservar as marcas de sua identidade como, muitas vezes, chegam até a se apropriar de referências de outros grupos (no caso do Brasil, de índios e negros), ressemantizando-as na sua interpretação. Isso quando não recorrem simplesmente à destruição dos vestígios da cultura daqueles que desejam submeter. É do lugar da hegemonia cultural que se constróem .representações de uma "identidade nacional".

Portanto, se consideramos a atividade de identificar referências e proteger bens culturais não apenas como um saber, mas também como um poder, cabe perguntar: quem teria legitimidade para decidir quais são as referências mais significativas e o que deve ser preservado, sobretudo quando estão em jogo diferentes versões da identidade de um mesmo grupo?

O Estado tradicionalmente delega aos intelectuais essa função. São eles os encarregados de criar museus, arquivos, tombar bens, etc. Esses espaços – e os bens neles preservados – tornam-se assim públicos, mas cabe perguntar quão públicos na realidade são.

Só muito recentemente a defesa de valores como a qualidade de vida, a proteção do meio-ambiente, e a preservação de referências culturais que não apenas as de valor "excepcional" (leia-se, do ponto de vista daqueles que detem o poder de assim defini-las), passou a ser entendida como direito do cidadão, que pressiona o poder público no sentido de assegurar para si o gozo desses direitos. As referências culturais de grupos antes sem voz própria (as chamadas "minorias") começam a ser reconhecidas nos textos legais como objetos de direitos. Como se trata, em linguagem jurídica, de "interesses difusos", de aferição subjetiva, sua definição para fins de proteção constitui um problema complexo, dificilmente solucionável através da transposição de modelos.

O fato é que o princípio exclusivo de autoridade – seja ela científica, religiosa, fincada na tradição, ou mesmo política (o Estado agindo em nome da Nação) – já não se sustenta em uma sociedade que se queira democrática. Por outro lado, a ausculta de outras "vozes", a consideração de outros interesses que não os dos grupos de maior poder econômico e/ou intelectual, só é possível quando a própria sociedade se organiza com essa finalidade.

Nesse sentido, o reconhecimento, de um lado, da diversidade de contextos culturais, da pluralidade de representações desses contextos, e do conflito dos interesses em jogo, e, de outro lado, da necessidade de se definir um consenso – o que preservar, com que finalidade, qual o custo, etc. – pressupõe a necessidade de se criarem espaços públicos, não apenas para usufruto da comunidade, como para as próprias tomadas de decisão. Processo complexo e nem sempre viável, mas em princípio possível, hoje, quando descentralização e organização da sociedade civil são palavras de ordem que estão, aos poucos, se tornando realidade. Nesse contexto, tanto a autoridade do saber (dos intelectuais) quanto do poder (o Estado e a sociedade, através de suas formas de representação política) têm participação fundamental no processo de seleção do

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

que deve ser preservado, mas não constituem poderes decisórios exclusivos. Podemos dizer que, a partir dos anos setenta, o eixo do problema da preservação se deslocou de uma esfera eminentemente técnica para um campo em que a negociação política tem reconhecido o seu papel.

Se nos anos 90 o processo mencionado acima não é mais apenas uma utopia – como algumas iniciativas, em vários locais, vêm demonstrando – ainda o era nos anos 70, em pleno regime militar, quando foi criado o Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), posteriormente incorporado à Fundação Nacional Pró-memória (FNPM). É sobre esse pano-de-fundo, e a partir de uma perspectiva crítica, mas que leva em conta os limites daquele momento, que vou falar da experiência de trabalho do CNRC e da FNPM, de que tive o privilégio de participar.

2. A EXPERIÊNCIA DO CNRC

Ao ser criado, em 1º de julho de 1975, o CNRC definia como seu objetivo "o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise de dinâmica cultural brasileira". (Cf. MEC/SPHAN/FNPM,1980; Magalhães, 1985; Fonseca,1997)

A escolha do termo "referência" para caracterizar a atividade do Centro tinha um interesse estratégico naquele momento: tratava-se de se distinguir das instituições oficiais, "museológicas", e propor uma forma nova e moderna de atuação na área de cultura. Tudo – o objeto, o método, a forma de trabalhar e arregimentar pessoal, e mesmo o formato institucional – se propunha como diferenciado. E Aloísio Magalhães soube, com sua habilidade, conseguir, para a realização dessa experiência, o apoio de setores mais esclarecidos do governo militar, com o do então Ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes, e, posteriormete, do Ministro da Educação e Cultura Eduardo Portella e dos generais Golbery do Couto e Silva e Rubem Ludwig.

Nos primeiros tempos, outras visões sobre o trabalho do CNRC se contrapunham à concepção de Aloísio Magalhães. Para o embaixador Vladimir Murtinho, e também para o ministro Severo Gomes, o trabalho do CNRC deveria assumir uma feição predominantemente etnográfica e bem mais modesta. Predominou, no entanto, na fase inicial, a visão de Fausto Alvim Júnior, matemático com especialização em informática.

Os fundamentos que justificavam a existência do CNRC foram sendo formulados por Aloísio Magalhães, com a colaboração dos funcionários do CNRC e de consultores externos, e a partir das experiências de trabalho, durante a segunda metade dos anos 70. Para Aloísio, havia ocorrido, nas décadas de 50 e 60, um "achatamento" de valores, uma homogeneização da cultura. De um lado se tinha a cultura "oficial" referida a um passado "morto", que era museificado. De outro, se verificava a absorção acrítica dos valores exógenos, da modernização, da tecnologia e do mercado. A reação a esse processo devia ser buscada na cultura, domínio do particular, da diversidade. Mas não na cultura "morta" do patrimônio do passado, referências concretas porém estáticas e distantes da nacionalidade. Era preciso buscar as raízes vivas da identidade nacional exatamente naqueles contextos e bens que o SPHAN excluíra de sua atividade, por considerar estranhos aos critérios (histórico, artístico, de excepcionalidade) que presidiam os tombamentos.

Para Aloísio Magalhães, o Brasil ocupava, entre os países, uma posição privilegiada em termos de perspectiva de desenvolvimento. Aqui coexistiam, naquele momento, tanto o mundo avançado da tecnologia e da indústria quanto o mundo das tradições populares, do fazer artesanal. No projeto do CNRC se pretendia cruzar esses dois mundos – o recurso às mais modernas tecnologias para recuperar e proteger as raízes autênticas da nacionalidade – com o objetivo de fornecer indicadores para um desenvolvimento apropriado. (MAGALHÃES, 1985)

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Desde os primeiros anos, o trabalho realizado no CNRC foi objeto de avaliações solicitadas a especialistas brasileiros e estrangeiros, muitos dos quais levantavam questões sobre a metodologia proposta. (NOTA 9). Entre os brasileiros, sobretudo nos meios acadêmicos, havia desconfianças quanto a um projeto cultural desenvolvido com o apoio de um governo autoritário.

O fato, porém, é que o principal interlocutor do CNRC era o Estado, então o protagonista dos projetos de desenvolvimento para o país. E o discurso de Aloísio Magalhães encontrou receptividade junto a esses interlocutores.

As referências que o CNRC se propunha a apreender eram as da cultura em sua dinâmica (produção, circulação e consumo) e na sua relação com os contextos socio-econômicos. Ou seja, um projeto bastante complexo e ambicioso, e que visava exatamente aqueles bens que o IPHAN considerava fora de sua escala de valores. E, gradualmente, a preocupação com os "novos patrimônios" (NOTA 10) passou a incluir os sujeitos a que se referiam esses patrimônios, primeiro com a idéia de "devolução" dos resultados das pesquisas às populações interessadas e, posteriormente, com sua participação enquanto parceiros (Cf. MEC,1983). Infelizmente, inúmeros projetos desenvolvidos pelo CNRC não chegaram a essa fase, ficando seus relatórios e eventuais resultados guardados nas gavetas.

O projeto **Tecelagem manual no Triângulo Mineiro,** desenvolvido no âmbito do Programa "Tecnologias Patrimoniais", foi dos poucos trabalhos realizados em que todas as fases propostas foram cumpridas, sendo possível uma avaliação da experiência. (Cf. FNPM,1984; Maureau,1986). Presta-se, portanto, a ser apresentado aqui como subsídio para uma proposta de inventário de referências culturais e como base para o estudo de formas de apoio ao patrimônio imaterial.

Tinha-se, nesse caso, um campo claramente delimitado – uma prática específica numa região definida – e objetivos bem modestos – documentar e compreender essa atividade, no sentido de fornecer subsídios a eventuais projetos de incentivo.

A uma coleta minuciosa de informações (sobre a tecnologia, os padrões, os produtos, as diferentes orientações da prática, a história, os contextos onde essas práticas se davam, as tecedeiras, etc.) se aliou uma pesquisa dos meios de documentação mais adequados para registrar as informações (fotos, desenhos, vídeo, textos, uso do computador para reproduzir padrões, etc.).

Partia-se do pressuposto de que só era possível entender as diferentes orientações da prática atual de tecelagem se essas orientações fossem relacionadas à evolução da tecnologia desde sua introdução no Brasil, às possibilidades e limites do equipamento e da técnica, e às necessidades – materiais e simbólicas – que a manutenção dessa prática vinha atender no momento atual. Essas informações eram imprescindíveis para se pensar em eventuais formas de apoio e incentivo a essa atividade que fossem adequadas à sua especificidade.

Uma característica da pesquisa, e que se revelou fundamental para a apreensão dessa especificidade, como também para criar uma ponte de diálogo com as tecedeiras, foi o centramento na tecnologia. A descrição minuciosa de todo o processo de fabricação de tecidos, além de propiciar a recuperação desse fazer (de modo a registrá-lo e a possibilitar sua eventual reprodução em outros locais ou por pessoas desejosas de aprender a tecer) foi um caminho seguro para se avaliar o potencial e os impasses atuais dessa atividade na região. (Cf. MAUREAU, 1986)

Nossa hipótese era de que se tivéssemos partido de categorias mais genéricas e/ou abstratas – mas que podiam se constituir em "a prioris" – como indagar se se trata de artesanato ou

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

indústria caseira, se a produção atual conserva sua "autenticidade", ou mesmo tentar captar diretamente o imaginário das tecedeiras, as representações que constróem sobre o "tecer" – essa postura poderia ter levado a pesquisa a reproduzir modelos de análise estranhos à maneira como as tecedeiras encaram sua atividade, deixando de fora o que seria a maior riqueza e a mais importante contribuição de uma pesquisa como essa – a apreensão dos sentidos que as tecedeiras, implicita e explicitamente, atribuem à sua prática com a tecelagem. Possivelmente, não se teria reunido, com a mesma segurança, os elementos – no caso, as referências – para se avaliar possíveis intervenções no sentido de preservar ou não essa atividade – seja fomentando a prática tradicional, seja indicando sua reorientação visando a um novo objetivo (mercado de bens artesanais). (NOTA 11)

É importante frisar que não se partia também de "a prioris" que costumam estar presentes tanto nas pesquisas feitas pelos folcloristas quanto pelos planejadores econômicos: seja a defesa incondicional da necessidade de se proteger produtos e modos de vida "autênticos, numa visão idealizada da cultura popular; seja a redução da atividade artesanal a um tipo de trabalho anacrônico, mas que poderia representar alternativa economicamente viável – em função do mercado de produtos artesanais, alimentado pelas classes média e alta e sobretudo em função do turismo – para ocupar mão-de-obra não qualificada.

Em ambos os casos, o foco estaria em valores externos aos dos produtores e usuários habituais, e talvez fora das possibilidades daquela situação específica.

No início da pesquisa, que incorporou a contribuição do trabalho já realizado por Edmar de Almeida, partia-se apenas de uma perplexidade – por que ainda se tece no Triângulo Mineiro, já que economicamente essa atividade não é mais compensadora? – e de uma indagação – haverá condições e haverá interesse, sobretudo por parte das tecedeiras, em intervenções com o objetivo de preservar essa atividade?

Os resultados indicaram que o retorno mais produtivo da pesquisa, do ponto de vista das tecedeiras, seria um catálogo que reunisse padrões e códigos para tecer os produtos, permitindo-lhes assim dispor tanto de uma coleção maior que a que qualquer uma delas poderia reunir individualmente, quanto de um mostruário do que podiam tecer, para dialogar com seus eventuais fregueses. Outros produtos – como a publicação e o vídeo – dirigiam-se a outras esferas de público, com o objetivo, além de registro, de propiciar aos eventuais consumidores uma melhor compreensão do que é a tecelagem manual, aproximando, assim, a demanda, daquilo que o produtor pode efetivamente oferecer. Ou, em outros termos, revelando a especificidade cultural do que costuma ser buscado como mera mercadoria, em geral por seu caráter exótico, popular ou folclórico, uma vez que o consumidor costuma projetar sobre a atividade artesanal valores que muitas vezes são estranhos àquele universo (como a originalidade no caso da tecelagem). (NOTA 12)

Em termos gerais, a pesquisa com a tecelagem, assim como outras realizadas sobre a cerâmica, o trançado indígena e o artesanato de reciclagem de pneus, veio mostrar a impossibilidade de se reduzir diferentes atividades a um único modelo de interpretação. Pois justamente o que distingue as produções pré-industriais da produção industrial é sua diversidade, em função de sua adequação ao meio-ambiente, às necessidades do momento, a um universo simbólico, etc. Ou seja, a tentativa de apreender as referências culturais que caracterizam a tecelagem manual em teares de quatro pedais tal como é praticada no Triângulo Mineiro partia do pressuposto de que, sob uma capa de "resistência", de reiteração de gestos e produtos, se desenvolvia uma dinâmica específica. Essa perspectiva está bem distante de uma visão – que é a que costuma ser adotada pelos folcloristas – que interpreta as manifestações da cultura popular a partir de uma noção mítica de tempo, enfatizando o seu caráter repetitivo, opondo tradição a mudança. Ao tentarem resgatar ou preservar a "autenticidade" dessas manifestações, esses estudiosos na verdade estão

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

tentando preservar seus próprios valores, convertendo a cultura popular em símbolo de um tempo perdido e em refúgio para a vida moderna. (NOTA 13)

Orientar um trabalho de preservação a partir da noção de "referência cultural" – tal como foi entendida neste texto – significa buscar formas de se aproximar do ponto-de-vista dos sujeitos diretamente envolvidos com a dinâmica da produção, circulação e consumo dos bens culturais. Ou seja, significa, em última instância, reconhecer-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um "saber-fazer", como também do destino de sua própria cultura. Não é preciso chamar a atenção para as implicações políticas dessa perspectiva, nem para seus limites em situações concretas, quando até o termo "comunidade" pode servir para encobrir interesses de grupos locais mais poderosos, de autoridades políticas, etc.

Essas experiências de trabalho, iniciadas no CNRC e incorporadas à Fundação Nacional Pro-memória, criada em 1979, contribuíram para a elaboração do documento *Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC,* de 1983, fruto do trabalho coletivo das várias instituições que integravam a Secretaria de Cultura do MEC, criada em 1981 e entregue a Aloísio Magalhães. Nesse documento, é claramente afirmado o princípio da parceria entre Estado e comunidade na produção, preservação e promoção dos bens culturais, o que, no entender de alguns, soava falso em um período de ditadura militar. Além disso, criticava-se também uma imagem idealizada da cultura popular, que obscurecia a dimensão da subalternidade, das contradições e dos conflitos com que esses grupos se debatiam. Na verdade, o discurso da participação revelava claramente o seu caráter contraditório: enunciado pelo Estado, só podia, no entanto, ser concretizado por iniciativa da sociedade.

3. CONCLUSÃO

Resumindo, espero que tenha ficado claro que não entendo referências culturais como objetos ou práticas, nem como dados coletados sobre esses bens. Um Centro de Referências Culturais não se confundiria com um museu ou um banco de dados.

A noção de "referência cultural" pressupõe a produção de informações e a pesquisa de suportes materiais para documentá-las, mas significa algo mais: um trabalho de elaboração desses dados, de compreensão da ressemantização de bens e práticas realizadas por determinados grupos sociais, tendo em vista a construção de um sistema referencial da cultura daquele contexto específico. Nesse processo, a situação de diálogo que necessariamente se estabelece entre pesquisadores e membros da comunidade propicia uma troca de que todos sairão enriquecidos: para os agentes externos, valores antes desconhecidos virão ampliar seu conhecimento e compreensão do patrimônio cultural; e para a comunidade, esse contato pode significar a oportunidade de identificar e valorizar partes do acervo material e simbólico que constitui uma riqueza às vezes desconhecida ou não devidamente avaliada.

Apreender referências culturais significativas para um determinado grupo social pressupõe não apenas um trabalho de pesquisa, documentação e análise, como também a consciência de que possivelmente se produzirão leituras, versões do contexto cultural em causa, diferenciadas e talvez até contraditórias – já que dificilmente se estará lidando com uma comunidade homogênea.

Reconhecer essa diversidade não significa que não se possa avaliar, distinguir e hierarquizar o saber produzido. Haverá sempre referências que serão mais marcadas e/ou significativas, seja pelo valor material, seja pelo valor simbólico envolvidos. Por outro lado, bens aparentemente insignificantes podem ser fundamentais para a construção da identidade social de uma comunidade, de uma cidade, de um grupo étnico, etc. Ou seja, é preciso definir um ponto-de-vista para organizar o que se quer identificar, e para isso é

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

preciso definir um determinado recorte ou recortes – como, por exemplo, o trabalho, a religiosidade, a sociabilidade – o que, evidentemente, vai indicar uma determinada compreensão do campo que se quer mapear. (NOTA 14)

Concluindo, acredito que pensar a preservação de bens culturais a partir da identificação de referências culturais – do modo como essa noção foi entendida neste texto – significa adotar uma postura antes preventiva que "curativa". Pois trata-se de identificar, na dinâmica social em que se inserem bens e práticas culturais, sentidos e valores vivos, marcos de vivências e experiências que conformam uma cultura para os sujeitos que com ela se identificam. Valores e sentidos esses que estão sendo constantemente produzidos e reelaborados, e que evidenciam a inserção da atividade de preservação de bens culturais no campo das práticas simbólicas.

Brasília, julho de 2000
Cecília Londres

* Texto adaptado de comunicação feita no seminário *Preservação e Desenvolvimento*, promovido pelo Centro de Referência Ambiental de Joaquim Igídio, realizado em Campinas em 11 e 18 de fevereiro de 1995.

NOTAS

1. Cf. pareceres de Paulo Thedim Barreto e de Luis de Castro Farias sobre a Igreja de N.S. da Penha e do Santuário de Bom Jesus da Lapa, respectivamente, no livro de atas do Conselho Consultivo do IPHAN
2. Refiro-me aqui ao grupo mencionado por Aloísio Magalhães (MAGALHÃES, 1985:109) que se reunia em Brasília, em conversas informais, preocupados com a questão da cultura brasileira. Desse grupo – que deu origem ao Centro Nacional de Referência Cultural – participavam, além do próprio Aloísio, artista plástico e "designer", o empresário Severo Gomes, então ministro da Indústria e Comércio do governo Geisel, o embaixador Vladimir Murtinho, então Secretário de Educação e Cultura do governo do Distrito Federal, e, posteriormente, o matemático e especialista e informática Fausto Alvim Júnior, professor da Universidade de Brasília.
3. É preciso considerar, porém, que também essas ciências foram, nas últimas décadas, objeto de revisões críticas, e de questionamento tanto de seu objeto quanto de sua metodologia e do estatuto de seus autores. (Cf. Le Goff & Nora, 1979)
4. A teoria do reflexo, base da estética do húngaro G. Lukacs é um exemplo dessa posição.
5. Cf. LONDRES, Cecília. A noção de referência cultural nos trabalhos de inventário. In: Motta, Lia & Silva, Maria Beatriz Resende (org.), 1998: 27-39
6. O SPHAN considerava os bens que tombava como referências da nacionalidade. Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, esses bens são "documentos de identidade da nação." (ANDRADE, 1978:57)
7. Nesse sentido, seria interessante verificar como são representados, por exemplo, o Ocidente e o Oriente na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade, da UNESCO.
8. Considero a resistência da cultura judaica, durante séculos, em condições bastante adversas, e a recente instalação do Museu do Holocausto num espaço simbolicamente tão significativo como o Mall, em Washington, também uma demonstração desse poder.
9. Bárbara Freitag e Fausto Alvim Júnior, ambos funcionários do CNRC, procuraram na Alemanha e nos Estados Unidos, respectivamente, colher opiniões de especialistas (entre os quais estavam Abraham Moles e Mex Bense) sobre a proposta do Centro. Os relatos desses contatos foram apresentados nos Relatórios Técnicos nº 2, 4 e 8
10. Termo usado na França a partir das últimas décadas para se referir a bens que, até então, não eram objeto das políticas de patrimônio (fábricas, usinas, habitações rurais, et.)
11. No caso da tecelagem, por exemplo, verificou-se que, conforme a orientação da atividade – se a tecedeira tece apenas para si, e prestando serviços a outras mulheres, ou se produz para vender para um público externo – sua "leitura" da tecelagem é bastante diferente.
12. À diferença, por exemplo, do trabalho em cerâmica, em que o artesão tem grande margem para criar modelos, no caso da tecelagem o que caracteriza seus produtos é a reprodução dos elaborados padrões repassos, cuja tradição, trazida de Portugal, remonta a vários séculos. A criatividade das tecedeiras se manifesta em detalhes como a escolha das cores, repetições na pedalagem, etc. mas é bastante restrita.
13. A análise de Aloísio Magalhães sobre o artesanato esclarece essa posição: "Eu acho que artesanato é a tecnologia de ponta de um contexto em determinado processo histórico. (...) Então, o artesanato é um momento da trajetória, e não uma coisa estática. A política paternalista de dizer que o artesanato deve permanecer como tal é uma política errada; culturalmente é impositiva porque somos nós, de um nível cultural, que apreciamos aquele objeto pelas suas características, gostaríamos que ele ficasse ali." (MAGALHÃES, 1985:172)
14. Bom exemplo dessa opção metodológica é o trabalho realizado pelo CEDEC, em parceria com o IPHAN, visando ao resgate do patrimônio imaterial no estado de São Paulo (CEDEC/IPHAN, 1999), que, ao delimitar o campo com a noção "cultura do trabalho", destaca a contribuição específica daquele estado à cultura brasileira.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Rodrigo e o SPHAN. Rio de Janeiro, MinC-SPHAN- FNPM, 1987.

ARANTES, Antônio Augusto, org.. Produzindo o passado. São Paulo, Brasiliense, 1984

CEDEC/IPHAN. Parâmetros metodológicos para o resgate do patrimônio imaterial no Estado de São Paulo. São Paulo, 1999.

CENTRO NACIONAL DE REFERÊNCIA CULTURAL. Bases para um trabalho sobre o artesanato brasileiro hoje. Brasília, 1980.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo. Rio de Janeiro, URRJ/IPHAN, 1997.

FUNDAÇÃO NACIONAL PRO-MEMÓRIA. Tecelagem manual no Triângulo Mineiro . Brasília, 1984

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda. Rio de Janeiro, URRJ/IPHAN, 1996

JAKOBSON, Roman. Linguistique et poétique. In: Essais de linguistique générale. Paris, Minuit, 1963. Pp. 209-248

LE GOFF, Jacques & Nora, Pierre. História: novos problemas. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979, 2ª ed.

LUKÁCS, Georg. Problemas del realismo. México, Fondo de Cultura Economico. 1966

MAGALHÃES, Aloísio. E Triunfo? Rio de Janeiro, Nova Fronteira, Brasília, FNPM, 1985

MAUREAU, Xavier. Tecelagem manual no Triângulo Mineiro: uma política sistemática de inventário tecnológico. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional 21, 1986, pp. 56-63

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. Diretrizes para operacionalização da política cultural do MEC. Brasília, 1981.

MORA, José Ferrater. Dicionário de filosofia. São Paulo, Martins Fontes, 1994

MOTTA, Lia & SILVA, Maria Beatriz Resende. Inventários de Identificação. Rio de Janeiro, IPHAN, 1998.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Introdução

O presente trabalho foi desenvolvido a partir de dois pressupostos. Primeiro, que o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) a ser implantado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) tem por objetivo identificar, documentar e registar sistematicamente *os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira.* Segundo, que o delineamento dos objetos específicos desse levantamento deve fundamentar-se nas categorias de bens culturais destacadas pelo Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial (GTPI),[1] criado pelo Ministério da Cultura, que são as seguintes:

1. **Saberes** e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
2. **Celebrações**, festas e folguedos que marcam espiritualmente a vivência do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e da vida cotidiana;
3. **Linguagens** musicais, iconográficas e performáticas;
4. **Espaços** em que se produzem as práticas culturais.

Nesse contexto, o uso da noção de *referência*, proposto pelos consultores ao IPHAN como forma de evitar os impasses metodológicos decorrentes das imprecisões inerentes à noção de *patrimônio imaterial* inicialmente utilizado, recupera a experiência acumulada pelo IPHAN através das atividades do Centro Nacional de Referência Cultural[2] (de 1975 a 1979) e, posteriormente, por meio de levantamentos realizados pelo Departamento de Identificação e Documentação, tais como os levantamentos realizados no núcleo histórico do Serro (MG) em 1995 e, em Diamantina (MG) e Goiás (GO), em 1998. Essa trajetória – que vem se desenvolvendo portanto há mais de duas décadas –, resulta de um esforço no sentido de resgatar, identificar e incorporar, nas políticas de patrimônio, os múltiplos sentidos que a vida social constrói em torno e a propósito das estruturas de pedra e cal e da paisagem natural. É essa também a meta e a razão de ser deste trabalho.

A elaboração de uma proposta metodológica para tal inventário tem necessariamente como ponto de partida a conceituação de seu objeto à luz da teoria desenvolvida pelas ciências sociais sobre os processos de produção, reprodução e mudança cultural, bem como sobre os mecanismos que articulam esses processos à formação do patrimônio cultural e da memória social, e portanto – em última instância – à própria formação da nação como construção política e simbólica. Uma reflexão aprofundada sobre os diversos caminhos

1 Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial, instituído pela portaria ministerial nº 37 de 4/3/98.

2 M.C.L. Fonseca, *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997, especialmente p. 162 ss.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

de que a teoria social dispõe para conhecer tais realidades ultrapassa obviamente o escopo deste trabalho, que busca, primordialmente, desenvolver uma aplicação do conhecimento criado por disciplinas acadêmicas. Contudo, para que tais objetivos sejam alcançados, é necessária uma fundamentação teórica consistente e explícita.

Ainda que a reconstituição e a interpretação da realidade cultural sejam, a rigor, parte do ofício de cientistas sociais e em particular do antropólogo, levantamentos amplos, coleta e sistematização de documentos e o estímulo à pesquisa podem e devem ser desenvolvidos pelos técnicos de patrimônio em seus variados perfis acadêmicos. Esta é não só uma tarefa realizável, como deve ser incentivada, como oportunidade ímpar de intercâmbio e interação entre esses técnicos e os acadêmicos de diversas áreas que deverão ser chamados a dar sua contribuição. Entrego ao IPHAN este trabalho na certeza de que – em vista do perfil intelectual que tradicionalmente tem distinguido essa instituição – os instrumentos de investigação projetados produzirão os resultados esperados.

Nestas palavras introdutórias, considero importante ressaltar ainda que os procedimentos de inventário criados para o INRC não se aplicam a situações de emergência – como ocorre em áreas impactadas por projetos e empreendimentos de naturezas variadas - nem se prestam à realização de censos pretensamente exaustivos em unidades territoriais mal delimitadas. Nosso primeiro desafio foi tornar viável a identificação e a documentação, dentro dos temas destacados, de conjuntos de referências ou bens culturais que fossem significativos para grupos sociais específicos. O segundo, foi manter a associação desses *bens* aos conjuntos (sistemas) e aos contextos que lhes dão sentido. E, finalmente, evitar a produção de um tipo de registro que *congelasse* o processo social formador desses *bens*, como se eles fossem objetos sem história. Para atender a esse conjunto de exigências, fazemos enfaticamente a recomendação de que se proceda ao acompanhamento a médio prazo da dinâmica cultural nos sítios inventariados, não só acrescentando o inventário como atividade corrente e rotineira da instituição - a exemplo do que ocorre com os censos populacionais - como também procedendo à devolução dos resultados produzidos, submetendo-o à crítica da população envolvida e enriquecendo-o com as suas contribuições.

A metodologia aqui apresentada ambiciona contribuir para que se alcancem os seguintes objetivos específicos:

1. Propiciar a sistematização das fontes e documentos disponíveis sobre a formação cultural de localidades e grupos humanos bem delimitados.

2. Aprofundar os resultados dessa varredura preliminar por meio do contato direto com as populações envolvidas.

3. Subsidiar tecnicamente a identificação dos sentidos de identidade associados a edificações, lugares, celebrações, formas de expressão e ofícios, visando à produção de registros textuais e audiovisuais que sejam sensíveis aos aspectos dinâmicos e contextuais das realidades consideradas.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

4. Facilitar a comparação entre diferentes regiões e oferecer subsídios para o estabelecimento de políticas sociais na área do patrimônio.

5. Incentivar a interlocução entre os profissionais (técnicos e acadêmicos, de várias especialidades) que trabalham na área do patrimônio, fortalecendo um padrão de conduta intelectual que diferencia o IPHAN desde as suas origens.

6. Sugerir uma agenda de questões teóricas e práticas que sirva como ponto de partida a um aprofundamento de métodos e conceitos que aproxime, nos trabalhos de campo, as disciplinas que se dedicam à temática do patrimônio, especialmente a arquitetura e a antropologia.

Em situações formais como esta são de praxe as homenagens. Não só por formalidade, entretanto, desejo reiterar aqui essa tradição. O presente trabalho se desenvolveu a partir de uma interlocução produtiva e prazerosa entre a equipe da Andrade e Arantes Consultoria e Projetos Culturais e os técnicos do Departamento de Identificação e Documentação (DID) do IPHAN. Registro aqui o sincero reconhecimento pela iniciativa pioneira do DID que possibilitou a criação desta metodologia, assim como o desenvolvimento do projeto piloto de inventário na região de Porto Seguro. A nossa equipe agradece a atenção que foi dada a este trabalho e a cooperação que se desenvolveu ao longo do percurso trilhado.

No presente volume são apresentados a base conceitual da metodologia criada para o INRC, seus instrumentos e procedimentos, além de algumas reflexões complementares de natureza teórica. O texto impresso é acompanhado de um disquete zip contendo a versão digitalizada do manual, os modelos dos impressos criados para o INRC, os formulários com instruções de preenchimento e o banco de dados para uso futuro.

Campinas, SP, maio de 2000.
Profº. Dr. Antônio Augusto Arantes Neto

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Como ler o INRC

A aplicação de instrumentos de trabalho acadêmico a uma problemática que se configura a partir de temas e problemas que a rigor lhe são externos é uma tarefa complexa, que se apresenta como um desafio estimulante e produtivo por pelo menos três razões.

Primeiro, porque essa demanda – gerada no concreto – refere-se a problemas que não obedecem a limites disciplinares estritos. Tal fato impõe um esforço de criatividade e flexibilidade intelectual, assim como o trânsito entre os modelos teóricos desenvolvidos por diferentes disciplinas e especialidades. Nesse caso, entram em cena principalmente a antropologia e a arquitetura e os esforços dessas disciplinas em pelo menos duas direções, a saber: de um lado, no sentido de contemplarem, ambas, as complexas relações existentes entre estruturas físicas e valores culturais e, de outro, no de refinarem conceitos que são relevantes para ambas – como é o caso do conceito de *lugar* – e desenvolverem procedimentos adequados para a investigação empírica.

Segundo, porque, devendo ser manejados por não-especialistas, os procedimentos de investigação a serem desenvolvidos devem ser, na medida do possível, simples, diretos, claros e, principalmente, completos – ou seja, eles devem prever senão todas, pelo menos as principais variações nas condições em que a pesquisa será desenvolvida, deixando ao pesquisador de campo a menor margem possível de dúvida e decisão.

Finalmente, há um desafio de natureza política a ser contemplado, que põe em evidência o tema da *responsabilidade social* de pesquisadores e técnicos. O uso desses procedimentos metodológicos, como instrumento de ação institucional, produzirá informações que, espera-se, realimentarão as políticas de patrimônio.

Assim, em última instância, o INRC deverá ter efeitos sobre o processo social e político pelo qual se forma, legitima-se e dá-se publicidade ao patrimônio cultural, com conseqüências para a formação e a reconfiguração das identidades dos grupos e categorias sociais envolvidos. A reflexividade do inventário poderá, assim, criar impactos sobre estratégias políticas e de mercado associadas ao patrimônio nos meios sociais envolvidos. Essa possibilidade coloca um alerta sobre o processo de escolha dos objetos que deverão ser incluídos nos repertórios culturais a serem inventariados e as conseqüências práticas dessa decisão.

Em relação a questões teóricas e conceituais propriamente ditas, cabe destacar desde logo que, ao serem projetados sobre o pano de fundo da teoria, os assuntos, as preocupações e as categorias inicialmente formulados pelo GTPI ganharam nova feição, e seu conhecimento por intermédio do inventário passou a ter de responder a certas exigências metodológicas. Examinemos, portanto, os principais temas e problemas teóricos a serem enfrentados pelo INRC.

Sobre a noção de inventário

Partimos de uma definição de dicionário. Etimologicamente, a palavra *inventário* deriva do latim jurídico e, segundo o Aurélio (*Novo Dicionário da Língua Portuguesa*), significa:

***Inventário**, do latim jurídico* inventarium, *"encontrar":*
(1) relação dos bens deixados por alguém que morreu;
(2) por extensão, descrição e enumeração minuciosa;
(3) levantamento individuado e completo de bens e valores.

Essas definições implicam de pronto algumas questões importantes:

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

1. Inventário é por definição *rol completo*: não falta nada do que se pode ou deve incluir; uma primeira característica de qualquer inventário é a *exaustividade*;

2. Para ser exaustivo, um inventário deve ser *sistemático*, ou seja, *coerente com determinados critérios de inclusão e exclusão* dos elementos que deverão constituí-lo. Nesse sentido, todo procedimento de investigação que tenha essa finalidade deve atender a uma exigência básica da formação de conjuntos matemáticos, a saber, em relação a cada um dos objetos considerados deve ser sempre possível responder à seguinte pergunta: "Faz ou não parte do conjunto que se pretende constituir ?", nunca de forma vaga ou imprecisa, como *talvez*, *não se sabe*, *sim e não*, *depende* – formem esses objetos conjuntos *fechados* (exemplo: a escala musical) ou *abertos* (exemplo: os números inteiros)".

3. Inventariar, como lembra ainda a definição de dicionário, significa também *encontrar*, tornar conhecido, identificar. Portanto, descrever de forma acurada cada bem considerado, de modo a permitir a sua adequada classificação, é aqui tarefa primordial.

Nesse aspecto, o INRC coloca um problema que merece atenção. A trajetória do conceito de *cultura*, na antropologia, afastou-se muito da concepção vigente no final do século XIX, quando era vista como um aglomerado de objetos, valores, técnicas e outros itens passíveis de enumeração. Interpretações mais adequadas e produtivas têm sido desenvolvidas com base na concepção de que esse aspecto da vida social refere-se aos sentidos simbólicos enraizados em toda prática humana, sentidos esses que formam sistemas, os quais, por sua vez, não correspondem necessariamente aos limites físicos de um território ou de um grupo social: a um determinado território não corresponde necessariamente uma sociedade e uma só *cultura*. A realidade social e cultural é heterogênea, contraditória e dinâmica. Sendo assim, como identificar segmentos discerníveis nas práticas sociais e de que modo contemplar a sua fluidez ?

A primeira conseqüência desse fato é que o INRC deve basear-se em critérios explícitos e que sejam de aplicação universal, para que se possa construir, a partir de um contexto bem delimitado, um conjunto completo de instâncias que sejam as consideradas relevantes segundo tais critérios. Entretanto, esse conjunto, sendo delimitável num determinado espaço e tempo em função dos critérios definidos, sofrerá transformações: novos padrões emergirão, alguns entrarão em declínio e outros ganharão destaque imprevisto. Conseqüentemente, o INRC produzirá sempre como resultado um conjunto aberto de ocorrências, que ademais serão datadas e parciais, perante o conjunto de casos possivelmente observáveis. Esse assunto será retomado mais adiante.

Construindo o objeto da pesquisa: Referências e Bens Culturais

Detenhamo-nos agora na noção de *referência cultural* que, assim como a de *inventário* anteriormente comentada, implica uma ampla gama de significados. Para elucidá-la, convém tomar novamente a definição de dicionário:

Referência, do latim *referere*, "referir":
(1) alusão, menção, insinuação;
(2) ponto do terreno perfeitamente identificado e materializado, cuja cota verdadeira é calculada com grande precisão para servir de base à determinação das altitudes de outros pontos que lhe ficam próximos;
(3) relação que existe entre certas coisas;
(4) adaptado do inglês *reference*, "nota informativa de remissão"; fonte de esclarecimento.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Neste trabalho, o conceito de *referência cultural* diz respeito, *grosso modo*, aos dois primeiros sentidos aqui enunciados. Desde logo, *referência* significa *alusão*, ou seja, identificação indireta de algo por meio de fato, objeto ou personagem conhecidos.

Mas referência também é *baliza*, ou seja, marca que indica limite e que estabelece termo de comparação e diferenciação. Assim, por exemplo, no primeiro sentido, pode-se afirmar que o chimarrão é uma referência da cultura gaúcha e, no segundo, que o forró é uma referência (tradicional) da lambada, sendo esta uma transformação daquela. Assim também o Pão de Açúcar (formação geológica) é uma referência do Rio de Janeiro (cidade), tal como o conjunto urbano do Pelourinho ou a capoeira (como prática corporal) podem significar Bahia, e o samba e a feijoada, brasilidade.

Referências são edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, *referências* são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de *raíz* de uma cultura.

O trabalho cultural de construção de sentidos e *sobre-significações* baseado no concreto e com elementos do concreto – pois não é inerente à natureza de tais objetos, práticas e lugares o fato de serem associados à identidade – confere reflexivamente a essas realidades o que se poderia chamar de *sentido patrimonial*, ou seja, elas passam a integrar um repertório diferenciado de instâncias com que se constroem as fronteiras simbólicas e com que se configuram as imagens de si e de outrem. É este o seu valor como ingrediente da construção de identidades, ou seja, de tradições e de territórios.

A realização de um Inventário depende de que se definam de antemão e se tipifiquem as ocorrências concretas que serão consideradas pertinentes. No caso da chamada cultura material, que é a vertente mais consolidada nas políticas de patrimônio, esses levantamentos referem-se a bens imóveis ou móveis, tomados isoladamente ou em conjuntos. Nos dois casos – bens móveis ou imóveis –, as unidades de observação podem ser identificadas sem muita dificuldade: serão estruturas arquitetônicas ou objetos bem delimitados que se encontram em determinado sítio.

Em contrapartida, um inventário de cultura, como o que agora nos ocupa, apresenta, entre outras, a particularidade de incluir, além de objetos fisicamente discerníveis, realidades como os valores e as significações enraizados nas práticas sociais, que ademais de intangíveis ou imateriais muitas vezes não chegam a ser explicitados ou nem mesmo afloram à consciência dos atores sociais. Assim sendo, como fazer? Como segmentar e identificar sistematicamente os componentes de uma realidade fluida, dinâmica e não diretamente observável?

A lingüística e a antropologia sugerem, cada uma a seu turno, pelo menos duas direções possíveis. Os estudos da linguagem mostram que os *significados* de fato não pairam no vazio. Eles possuem sempre uma contrapartida material da qual são indissociáveis: o chamado *significante*. Este pode ser de natureza acústica, como no caso das línguas naturais; gráfica, como no caso da escrita, ou ter qualquer outra materialidade. Mas haverá sempre objetos físicos por meio dos quais será possível registrar e reconstituir os sistema abstratos de fonemas, as regras de sintaxe, as significações, e assim proceder à identificação e à descrição de uma língua como prática de uma determinada comunidade de falantes. Caso análogo ocorre com a cultura, tendo em vista que as práticas humanas inscrevem de várias formas seus significados em objetos palpáveis. Uma estrutura arquitetônica informa sobre o modo de vida de seus habitantes, assim como as atividades cotidianas inscrevem sentidos no espaço aberto construindo lugares e territórios reconhecíveis. Portanto, des-

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

sa perspectiva, um ponto de partida do inventário é focalizar dimensões concretamente apreensíveis da cultura: documentos escritos, audiovisuais, objetos, bem como depoimentos e narrativas orais que explicitem aspectos do que, para determinado grupo social, sejam as suas referências em relação aos temas selecionados por este trabalho. Este é um primeiro nível da realidade a ser inventariada.

Mas, retomando uma indagação lançada no início destas reflexões, como identificar e delimitar os sentidos enraizados nas práticas humanas? Que aspectos serão pertinentes para a sua identificação? Até onde deve levar a observação e o registro de um fenômeno? Como reconstituí-lo e como interpretá-lo? Essas questões espinhosas estabelecem limites ao que se pode pretender conhecer com levantamentos amplos e de profundidade necessariamente limitada, como são os inventários e os censos. Ao mesmo tempo, esse limite estabelece a possibilidade e a necessidade de cooperação entre os encarregados do inventário e os especialistas das áreas de conhecimento relevantes.

Apesar da complexidade da pesquisa etnográfica, é possível delimitar etapas preliminares de investigação que, tomando-se certos cuidados, podem ser compartilhadas por uma gama de colaboradores. Os procedimentos devem ser uniformes, os instrumentos devem ser de aplicação ampla, e é preciso, sobretudo, que as entrevistas – por superficiais que sejam – gerem informações válidas e fidedignas. Para equacionar adequadamente tais problemas – e sem pretender transformar esse inventário num sucedâneo simplificado de pesquisa etnográfica – proponho que a investigação se limite a aspectos da vida social que sejam imediatamente reconhecíveis pelos atores[3] e que se proponha a registrar os dados que sejam mais imediatamente apreensíveis por meio de roteiros e formulários padronizados. Refiro-me a domínios reconhecíveis da vida social como as festas, as artes e os ofícios, os lugares de importância diferenciada. São realidades designadas por denominações específicas e correntes: é o *mutirão*, como forma de troca de trabalho na zona rural, é a *festa do padroeiro*, como modo de celebrar a coletividade, é esta ou aquela *dança* como forma de expressão adequada a certa ocasião e assim por diante. Estas – o mutirão, uma festa, uma dança – são instituições sobre as quais se pode conversar, que se pode presenciar, que se sabe o quanto dura, que se sabe como pôr em ação, etc. É a esse tipo de recorte que corresponde o que, no presente trabalho, denominamos de *bem cultural.*

O uso da noção de bem cultural, tão mal definido pelas ciências sociais, entretanto, não pretende absolutamente sugerir que tais unidades concretas e reconhecíveis da prática social sejam configurações fixas e cristalizadas. De fato, colocando em primeiro plano no desenho desta metodologia os atores, as instituições reconhecidas por sua cultura, as suas práticas, assim como as configurações espaço-temporais produzidas por essas práticas (com suas respectivas fronteiras simbólicas e marcos de lugar),[4] precavemo-nos do risco de tratar os chamados "bens culturais" como *coisas* substantivas ou produtos acabados. Antes, enfrentamos o desafio de identificar o patrimônio e as referências culturais como produtos históricos dinâmicos e mutáveis, o que se reflete na circunstância do INRC – ainda que atendendo ao critério de exaustividade – de não produzir listas definitivas de itens inventariados.

Sintetizando, afirmaria que, para efeitos metodológicos, o objeto do INRC são atividades, lugares e bens materiais que constituam marcos e referências de identidade para determinado grupo social.

---

3 Este partido teórico se inspira no que B. Malinowski chamou de *unidades concretas de comportamento organizado*, ou seja, um certo modo de organização dos atores regido por agregados reconhecíveis de normas de ação e valores, para o desenvolvimento de atividades que implicam o conhecimento e o manejo de determinadas técnicas e recursos, num determinado espaço e tempo. Ver B. Malinowski, *Argonautas do Pacífico Ocidental* e *Uma teoria científica da cultura.* Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

4 Cf. A. Arantes *Cultura popular.* São Paulo: Brasiliense, 1981. 13a ed.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Detenhamo-nos agora sobre as categorias de bens que estruturarão o inventário. Como afirmei anteriormente, o ponto de partida deste trabalho foram as categorias privilegiadas pelos estudos desenvolvidos pelo grupo de trabalho que trata da criação do registro da cultura imaterial. Mas ao serem projetados sobre o pano de fundo da teoria, os assuntos, preocupações e categorias por ele formuladas ganharam nova feição, passando o seu conhecimento a ter certas implicações metodológicas. Em conseqüência disso, o objeto do *Inventário Nacional de Referências Culturais* pode ser descrito nos seguintes termos:

1. Celebrações. Nesta categoria incluem-se os principais ritos e festividades associados à religião, à civilidade, aos ciclos do calendário, etc. São ocasiões diferenciadas de sociabilidade, envolvendo práticas complexas com suas regras específicas de distribuição de papéis, a preparação e o consumo de comidas, bebidas, a produção de um vestuário específico, a ornamentação de determinados lugares, o uso de objetos especiais, a execução de música, orações, danças, etc. São atividades que participam fortemente da produção de sentidos específicos de *lugar* e de *território*. São exemplos festas como as de São Sebastião, do Divino Espírito Santo, de Iemanjá, de São João e o carnaval, que se realizam com variações em inúmeras regiões do Brasil; ou outras mais localizadas como o Círio de Nazaré em Belém (PA), a Lavagem do Bonfim e a Romaria de Bom Jesus da Lapa na Bahia ou, no estado de Goiás, a Cavalhada (Pirenópolis) e a Procissão do Fogaréu (Goiás).

2. Formas de expressão. Formas não-lingüísticas de comunicação associadas a determinado grupo social ou região, desenvolvidas por atores sociais (individuais ou grupos) reconhecidos pela comunidade e em relação às quais o costume define normas, expectativas, padrões de qualidade, etc. Incluem-se nesta categoria o cordel, a cantoria e a xilogravura no Nordeste, diversas variantes do Boi (o boi bumbá, o boi duro, o bumba meu boi, etc.) em várias regiões do Brasil, a moda de viola e a catira no centro-sul, a ciranda no litoral pernambucano, a cerâmica figurativa no vale do Jequitinhonha, etc. Neste caso, serão inventariadas não as linguagens em abstrato, mas o modo como elas são postas em prática por determinados executantes.

3. Ofícios e modos de fazer, ou seja, as atividades desenvolvidas por atores sociais (especialistas) reconhecidos como conhecedores de técnicas e de matérias-primas que identifiquem um grupo social ou uma localidade. Este item refere-se à produção de objetos e à prestação de serviços que tenham sentidos práticos ou rituais, indistintamente. Entre estes encontram-se a carpintaria no sul da Bahia, a confecção de panelas de barro no Espírito Santo, a manipulação de plantas medicinais na Amazônia, a culinária em Goiás Velho, o benzimento nas várias regiões do país, as variantes regionais de técnicas construtivas, do processamento da mandioca ou da destilação da cana, entre muitos outros. Tal como no caso anterior, os modos de fazer não serão inventariados em abstrato, mas através da prática de determinados executantes.

4. Edificações. Em diversos casos, estruturas de pedra e cal estão associadas a determinados usos, a significações históricas e de memória ou às imagens que se tem de certos lugares. Essas representações as tornam bens de interesse diferenciado para determinado grupo social, muitas vezes independentemente de sua qualidade arquitetônica ou artística. Nesses casos, além dos aspectos físico-arquitetônicos, são relevantes do ponto de vista do patrimônio as representações sociais a eles associadas, as narrativas que se conservam a seu respeito, eventualmente os bens móveis que eles abrigam, determinados usos que neles se desenvolvem. Esta categoria integra tanto edifícios emblemáticos do porte das igrejas de Nossa Senhora Aparecida (SP) e de Nosso Senhor do Bonfim ou do Terreiro da Casa Branca em Salvador (BA), como outros de significação mais localizada como são a casa de Cora Coralina em Goiás (GO), as sedes da Lira Popular de Belmonte (BA) ou da Banda Carlos Gomes em Campinas (SP).

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

5. Lugares. Toda atividade humana produz sentidos de lugar. Neste inventário serão incluídos especificamente aqueles que possuem sentido cultural diferenciado para a população local. São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas (exemplo: trabalho, comércio, lazer, religião, política, etc.), tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Essa densidade diferenciada quanto a atividades e sentidos abrigados por esses lugares constitui a sua centralidade ou excepcionalidade para a cultura local, atributos que são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas. Do ponto de vista físico, arquitetônico e urbanístico, esses *lugares* podem ser identificados e delimitados pelos marcos e trajetos desenvolvidos pela população nas atividades que lhes são próprias. Eles podem ser conceituados como *lugares focais* da vida social de uma localidade.

Esse levantamento deve incluir a identificação das atividades formadoras do lugar, ou seja, aquelas reconhecidas como *próprias deles* (isto é, vinculadas à produção de sua *singularidade*). A compreensão desses processos, por sua vez, depende dos seguintes fatores:

1. Mapeamento dos modos de apropriação prática e simbólica do espaço;

2. Evolução histórica desses modos de apropriação (em suas rupturas ou continuidade tradicional), assim como da construção estratégica de monumentos e da inscrição tática de marcas vernáculas na sua forma material. Assim, no inventário não se deve deixar de considerar que lugar é *processo* e, portanto, *tempo*.[5]

Há inúmeros exemplos de lugares pertinentes a este inventário. Entre eles podem ser citados a Feira de Caruaru (PE) ou de São Cristóvão no Rio de Janeiro, o mercado Ver-o-peso em Belém (PA), o Quadrado de Trancoso no sul da Bahia, a Praça da Sé em São Paulo, a Lagoa do Abaeté em Salvador (BA), a sede de um time de futebol, a quadra de uma escola de samba, uma área urbana como o Pelourinho em Salvador ou o Bairro do Recife (PE).

A temática dos lugares se constitui como ponto de interseção entre reflexões desenvolvidas por várias disciplinas acadêmicas e envolve particularmente a arquitetura e a antropologia. Por esse motivo, a identificação de lugares focais pode ser o ponto de partida mais produtivo para uma tentativa de integrar os resultados dos dois tipos de inventários que agora o IPHAN passa a produzir, a saber, o Inventário Nacional de Bens Imóveis e o INRC.

Delimitação do universo

Para atender ao critério de exaustividade o inventário deve referir-se, como foi argumentado, a itens identificáveis, mas, além disso, a um universo que possa ser social e espacialmente delimitado. Para projetar um inventário não basta adotar os limites e as subdivisões administrativas de uma área geográfica. Os sistemas culturais, e portanto as referências de um grupo social, têm, por assim dizer, uma geografia própria, que dependerá da natureza das relações sociais existentes num determinado espaço físico: a segmentação ou a estratificação social corresponderá a clivagens e diferenças culturais, com graus variados de permeabilidade, que deverão ser levadas em consideração na delimitação da área do inventário. Estaríamos falando das referências compartilhadas pela maioria da população, por todos os estratos sociais, por uma etnia, categoria etária, racial?

5 Para uma reflexão mais aprofundada sobre o tema ver especialmente o capítulo 3 ("Política de rua") de A. Arantes, *Paisagens paulistanas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2000. Ver também "A guerra dos lugares" *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, vol.23. Rio de janeiro: IPHAN, 1997.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

O foco deste trabalho, por sua própria natureza, são configurações socioespaciais bem localizadas e seu arquétipo pode ser ilustrado pelo conceito de área tombada. Entretanto, as preocupações expressas pelos técnicos do IPHAN levaram a flexibilizar esse conceito, vinculando inventários a unidades territoriais que apresentassem certo grau de articulação interna em termos da dinâmica cultural, sem serem necessariamente homogêneas. Uma vila, uma cidade ou parte dela, ou mesmo toda uma região do país podem, em princípio, vir a ser consideradas para fins de inventário, desde que apresentem temas ou problemas comuns. Desse modo, justificou-se para efeitos do projeto piloto que acompanhou a elaboração desta metodologia[6] focalizar o Museu Aberto do Descobrimento (MADE).

Essa vasta região do sul da Bahia, com 1.200 km^2 de área, abrangendo três municípios e várias aldeias e terras indígenas foi escolhida não só em virtude de ter sido delimitada juridicamente[7] para fins da implantação de uma política cultural unificada no âmbito federal (o programa cultural do MADE), mas também por possuir certa unidade em termos de formação histórica, e por vir sofrendo em décadas recentes os efeitos de um mesmo processo de incorporação pelos negócios associados ao turismo. Nesse contexto, os bens culturais selecionados foram aqueles que, em primeiro lugar, remetiam à formação histórica da área e das identidades locais e, além destes, aqueles que vêm se desenvolvendo por fusão ou transformação das referências tradicionais. Ou seja, nos termos do raciocínio anterior, serão esses temas e problemas que, em última instância, justificarão a adoção desta ou daquela delimitação e permitirão responder à exigência de exaustividade. Este tema também justificou colocar em segundo plano a questão dos signos e das informações que transitam hoje globalmente não necessariamente pelo espaço físico, mas pelo virtual, através da mídia eletrônica.

O exemplo do MADE conduz a outra consideração importante, que implica tanto a inclusão da perspectiva do grupo social considerado na delimitação da área inventariada, quanto o uso de critérios de natureza interpretativa. Desse ponto de vista, fomos levados a incluir no projeto piloto a cidade de Belmonte que, embora estando a rigor fora do perímetro oficial do MADE, é reconhecida regionalmente como sendo ainda um celeiro de manifestações culturais tradicionais que perduram em razão de, entre outros fatores, ter sido menos afetada pelo turismo e pela urbanização. De fato, a pesquisa em Belmonte foi extremamente esclarecedora sobre a dinâmica cultural da região do MADE, pois em relação a ela esta ganha contrastes bastante significativos.

Graças à experiência obtida com esse projeto piloto, podemos fazer algumas observações gerais importantes a respeito da delimitação de áreas a serem inventariadas:

1. As áreas inventariadas podem ser delimitadas em razão de critérios jurídicos (por exemplo, uma área tombada), sócio-políticos (o território associado a uma etnia) ou temáticos (a área onde se encontra disseminado determinado bem cultural).

2. Essas áreas não são categorias estritamente *espaciais*, no sentido físico do termo, mais correspondem à implantação de modos de vida, à percepção de fronteiras, à elaboração de regras de conduta e criação de valores. Nesses sentido, proponho para denominação dessa áreas o conceito de *sítio*, compreendido enquanto *configuração socioespacial*.

3. Os sítios a serem inventariados podem ser reconhecidos em diferentes escalas.

6 Os resultados do projeto piloto são apresentados no segundo volume deste relatório, intitulado *Inventário do Museu Aberto do Descobrimento e de Belmonte*.

7 Decreto 1874, de 22 de abril de 1996, que cria o Museu Aberto do Descobrimento.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Em alguns casos, elas serão identificadas como vilas inteiras (ex.: Vale Verde, em Porto Seguro, BA); ou como bairros (ex.: a Biela, em Belmonte, BA, ou o Bexiga, em São Paulo); em outros casos, serão zonas ou manchas, não correspondendo necessariamente a bairros ou distritos (ex.: o conjunto arquitetônico do Pelourinho em Salvador, a Passarela do Álcool em Porto Seguro, BA. Elas podem ainda corresponder a amplas regiões geográficas culturalmente diferenciadas e tradicionalmente reconhecíveis (ex.: o Cariri, no Ceará, o Recôncavo Baiano) ou mesmo a uma área delimitada para efeitos da implantação de uma determinada política (como é o caso do MADE, ou de um sítio tombado). As principais variações de escala levarão a solucionar de modo diverso problemas práticos de pesquisa tais como: Quantos serão os sujeitos entrevistados? Que critérios serão adotados para a sua seleção? De que forma se consolidarão os dados obtidos pelas entrevistas? Qual o tamanho e a estrutura da equipe necessária para realizar o trabalho?

4. As áreas a serem inventariadas podem ser contínuas, como ocorre na maior parte dos casos, ou comportar um conjunto de segmentos territoriais que, não obstante a descontinuidade física, compõem um todo indivisível do ponto de vista da vida social do grupo envolvido (exemplo: as territorialidades de diáspora de modo geral, o conjunto das aldeias e das Terras Indígenas dos Pataxó, no sul da Bahia).

5. Para efeitos do inventário, a delimitação de uma área pode acarretar a necessidade de incluir localidades que se encontram no seu entorno, por força de sua relevância em termos das práticas a serem identificadas, seja como fornecedoras de bens e serviços à área focal, seja por serem consideradas modelo ou padrão para determinada prática ou por outras razões equivalentes. Neste caso, será necessário delimitar e identificar esse entorno, sem confundí-lo com a área focal do inventário.

Segundo as dimensões e a densidade cultural de um sítio que venha a ser inventariado, poderá ser conveniente, para efeitos práticos, subdividi-lo em *localidades.* Um bom exemplo disso é também o Museu Aberto do Descobrimento. Neste caso, configurações socioespaciais menores do que a grande área que se tomou como ponto de partida deverão ser discernidas pelo pesquisador. Assim, um sítio poderá ser pensado como uma rede de localidades reconhecidas pelos atores sociais como uma totalidade cultural e territorialmente diferenciada.

Agências e instituições as mais variadas estruturam estrategicamente as áreas geográficas para efeitos de suas atividades. Assim ocorre com a organização administrativa dos estados e municípios, com as zonas censitárias, com o zoneamento de uso e ocupação do solo, com as medidas de preservação do patrimônio ambiental e cultural, com as normas de manejo de áreas naturais e assim por diante. Por essa razão, muitas informações relevantes estão consolidadas nos instrumentos legais que criam tais enquadramentos.

É preciso ainda enfatizar que o recorte espacial aqui privilegiado para a delimitação do universo a ser inventariado, embora sendo o mais óbvio e também o mais compatível com a organização do IPHAN em superintendências regionais, não é o único possível. De fato, a metodologia aqui proposta também pode subsidiar levantamentos visando à identificação de variantes de determinado bem cultural. Nesse caso, ajustes deverão ser feitos de modo a não perder as relações existentes entre os fenômenos que vierem a ser observados e os contextos específicos em que eles ocorrem.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Processo de Trabalho

Os objetivos traçados pelo IPHAN para o INRC levaram à formulação de um procedimento de investigação que se desenvolve em planos de complexidade crescente, de modo a tornar viáveis, de um lado, os levantamentos amplos e periódicos (etapa aqui designada como de *identificação*) a serem realizados como atividade corrente do IPHAN e, de outro, a sua complementação com *documentação etnográfica* produzida por consultores especializados.

A presente metodologia prevê três etapas, correspondendo a níveis sucessivos de aproximação:

1. Levantamento preliminar;
2. Identificação;
3. Documentação.

O inventário é complementado pela inserção das informações em um banco de dados especialmente projetado. Cada uma dessas etapas do trabalho será apresentada primeiramente de modo sucinto, para oferecer ao leitor uma visão de conjunto do trabalho e, a seguir, em detalhes, com a apresentação de cada um dos instrumentos relevantes.

Formação da equipe

Cada sítio a ser inventariado apresentará características próprias, de acordo com as quais será conveniente conduzir os trabalhos, em termos práticos. Entretanto, tendo em vista que o INRC é um instrumento de política cultural, será imprescindível, por várias razões, envolver a população local nesses levantamentos.

Freqüentemente se encontram, nas cidades e vilas de todo o país, pessoas que possuem um conhecimento aprofundado da cultura local. Esse conhecimento, por menos sistemático ou elaborado que seja, é de valor inestimável para o planejamento do inventário, pois dificilmente serão suficientes, mesmo como ponto de partida, as informações obtidas por meio de fontes secundárias. Além disso, a seleção dos bens a serem inventariados deve sempre ter por base o que a comunidade *oferece* ao conhecimento e não ao contrário, já que estamos envolvidos com o tema da identidade social. Por outro lado, dado o aspecto reflexivo do inventário comentado anteriormente, é imprescindível criar desde logo os caminhos pelos quais o conhecimento a ser produzido será reapropriado pela população. A meu ver, o INRC terá alcançado seu principal objetivo, como política cultural, se a população local vier a assumi-lo como algo do seu interesse, incluindo-o na construção de sua memória.

Por essas razões, recomendo vivamente que as equipes de campo do inventário incluam, além de especialistas e técnicos, pessoas do lugar que possam futuramente ser os interlocutores do IPHAN no trabalho de manutenção e realimentação desses acervos de informação.

Quanto às equipes técnicas propriamente ditas, que serão encarregadas do planejamento e da coordenação dos trabalhos, nossa recomendação é que elas sejam constituídas por pessoas com conhecimento da temática do patrimônio nas seguintes áreas: ciências sociais (particularmente antropologia), história, arqueologia, letras, museologia, arquitetura e geografia, em número e proporção variáveis de acordo com cada situação considerada. Ao participarem do levantamento preliminar, esses profissionais estarão sendo capacitados para atuar posteriormente como supervisores do trabalho de campo, acompanhando, revendo e sistematizando os

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

dados obtidos pelos demais pesquisadores ao longo de todo o processo de investigação.

As equipes de campo deverão incluir uma pessoa que possa estar encarregada especificamente dos registros audiovisuais e *entrevistadores* que escrevam bem, tenham iniciativa (pois são inúmeras as situações em que devem ser tomadas decisões *ad hoc*), que sejam disciplinados e perseverantes. A formação universitária é bastante recomendável, embora não seja a rigor imprescindível, desde que a pessoa atenda aos requisitos do perfil traçado. Os trabalhos da equipe de campo serão coordenados por um *supervisor* que será encarregado, entre outras coisas, da elaboração das Fichas de Identificação dos bens e de todo contato que for necessário com o responsável pelo inventário. O supervisor deverá corresponder ao perfil traçado para a equipe técnica e possuir bons conhecimentos de informática, dada a freqüência com que serão utilizados equipamentos dessa natureza.

Procedimentos

Para uma adequada organização e desenvolvimento dos trabalhos foi criado um conjunto de formulários (fichas de identificação, questionários e fichas de campo). Esse instrumental é disponibilizado em versão digital (Word 7), devendo ser editado e impresso para uso em campo. Os espaços para preenchimento, assim como o número de linhas e tabelas, podem ser multiplicados automaticamente pelo uso da barra de ferramentas do Word. Recomendamos que a equipe de campo utilize computadores durante os trabalhos, tanto para a edição de formulários, conforme a sua necessidade, quanto para o preenchimento das fichas de identificação que, se iniciadas no campo, produzirão um parâmetro importante para avaliar os dados coletados (verificar se são completos, consistentes, suficientes, etc). A seguir, passaremos a apresentar esse material, detalhando a metodologia do INRC, segundo as etapas propostas.

Levantamento preliminar

O inventário tem início com o *levantamento preliminar*, que consiste basicamente na tomada de decisão a respeito da delimitação do sítio a ser inventariado, na sua subdivisão em localidades, se isso for apropriado no caso, e na reunião e sistematização das informações inicialmente disponíveis sobre o sítio considerado. Essa etapa inclui pesquisa em fontes secundárias e documentos oficiais, assim como uma viagem precursora ao campo onde deverão ser entrevistados, sobre temas gerais relacionados ao inventário, pessoas que detenham um bom conhecimento da realidade local. Essa viagem permitirá também o contato com instituições para obtenção de documentos específicos e mapas, e para a verificação das condições práticas em que o trabalho de campo será realizado (hospedagem de pesquisadores, acesso a equipamentos de informática e de comunicação, deslocamento, etc.).

A sistematização, logo no início dos trabalhos, dos dados obtidos no levantamento preliminar é muito importante, ainda que tais dados sejam incompletos, por várias razões:

1. Ela permitirá visualizar os bens a serem inventariados em seu conjunto, indagar sobre o seu sentido e compreender o contexto histórico e social em que ocorrem, principalmente em termos do grau de estabilidade ou mudança em que se encontra a área estudada, no momento do inventário.

2. Nesta etapa é feita a primeira varredura da área considerada, com o objetivo de selecionar *a priori* alguns itens que deverão ser objeto de investigação mais aprofundada para eventual identificação.

3. Depende desse levantamento o próprio planejamento do trabalho de campo em seus aspectos práticos (quando realizá-lo, quantos entrevistadores mobilizar, onde hos-

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

pedar a equipe, de que forma e até que ponto os moradores da região poderão ser incorporados ao trabalho, etc.).

No levantamento preliminar deverão ser inscritos no Anexo 3: Bens culturais inventariados todos os bens que se incluam nas categorias celebrações, edificações, formas de expressão, lugares, ofícios e modos de fazer, nos termos das definições apresentadas anteriormente. A inclusão do bem nessa listagem deve ser feita independentemente de ele estar em plena vigência ou em desuso na localidade considerada. Sua efetiva identificação dependerá de decisão posterior a ser tomada pelos responsáveis pelo inventário.

Os principais critérios para a escolha dos bens a serem identificados, por assim dizer, equilibram um ***quantum*** de representatividade para a comunidade, com critérios técnicos construídos com base em conhecimento anterior da realidade ou região inventariada.

Assim, destacam-se no mapeamento feito através do levantamento preliminar os seguintes itens:

1. O que a comunidade destaca de forma reiterada como bem de significação diferenciada enquanto marca de sua identidade;
2. O que o conhecimento acumulado sobre o sítio permite destacar;
3. O que se verifica ser relevante comparativamente, por semelhança ou contraste com o que ocorre na região de entorno da área inventariada;
4. A vigência da referência nas práticas sociais atuais ou na memória.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Ficha de Campo: Levantamento Preliminar

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE CAMPO** **LEVANTAMENTO PRELIMINAR**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	FC1	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	

2. REUNIR AS INFORMAÇÕES DISPONÍVEIS

LEGISLAÇÃO Preencher a Ficha de Identificação do Sítio	☐
BIBLIOGRAFIA Preencher Anexo 1: Bibliografia	☐
MAPAS, PLANTAS E ICONOGRAFIA Preencher a Ficha de Identificação do Sítio	☐
DOCUMENTOS OFICIAIS, RELATÓRIOS TÉCNICOS, LEVANTAMENTOS ESTATÍSTICOS E CENSOS DEMOGRÁFICOS Inserir no Anexo 1: Bibliografia	☐

3. LOCALIZAR PESSOAS E INSTITUIÇÕES PARA ENTREVISTA

PREENCHER ANEXO 4: CONTATOS	☐

4. PLANO ESTRATÉGICO

MAPA-CALENDÁRIO Elaborar cronograma detalhando tarefas: quem faz o que, quando e onde	☐

5. PREENCHER FORMULÁRIOS

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DO SÍTIO INVENTARIADO Preencher o que for possível antes do campo	☐
FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES Preencher se houver subdivisão em localidades	☐
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS Preencher o que for possível a partir das fontes existentes	☐
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS Preencher o que for possível a partir das fontes existentes	☐
ANEXO 4: CONTATOS Preencher o que for possível a partir das fontes existentes	☐

6. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)		
SUPERVISOR	Técnico encarregado do supervisão da pesquisa de campo.	**DATA** Data do registro
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Identificação

A identificação é feita por meio de:

1. Descrição sistemática e tipificação das ocorrências relevantes;
2. Mapeamento das relações entre os itens identificados e destes com outros bens e práticas relevantes;
3. Identificação de aspectos básicos de seus processos de formação, assim como – no caso de atividades – seus executantes, mestres, aprendizes e seu público.

Esta etapa se desenvolve principalmente através de entrevistas com pessoas residentes nas localidades escolhidas, por meio de questionários e gravações, e apenas complementarmente pela observação direta da atividade relevante. As informações produzidas são sintetizadas em fichas de identificação, conforme se descreverá mais adiante. Como não depende da observação direta da atividade a ser identificada, esta etapa do inventário pode ser desenvolvida a qualquer tempo, independentemente dos calendários culturais das localidades.

Serão identificados os bens considerados característicos de um sítio ou localidade, sejam eles de ocorrência generalizada ou não: conhecê-los em profundidade ou poder ocupar posições de destaque na sua organização constituem prerrogativas de quem pertence a um grupo social determinado. Assim, em princípio, os bens identificados devem estar em vigência na localidade (não importa se emergentes ou em declínio) ou na memória da comunidade, independentemente de os pesquisadores terem ou não observado a sua execução ou, em se tratando de *lugares*, a realização das atividades que os constituem segundo os usos e costumes locais.

A identificação incluirá a produção de um registro audiovisual mínimo, ficando seu detalhamento e sua complementação como atividade especializada a ser realizada na terceira e última etapa do inventário, denominada *documentação*.

Documentação

Trata-se aqui de estudos técnicos e autorais, de natureza eminentemente etnográfica ou de obras artísticas (desenho, fotografia, vídeo, etc.) realizados por especialistas, segundo as normas de cada gênero e linguagem. Temos em mente trabalhos desenvolvidos principalmente por profissionais das áreas de história, ciências sociais e artes. Esta etapa implica criação e autoria individual do pesquisador ou artista e deve resultar necessariamente da observação direta dos bens inventariados em seu contexto de ocorrência.

Sendo trabalho que exige formação especializada, deverá caber prioritariamente aos técnicos do patrimônio localizar e reunir os registros disponíveis em teses, dissertações, relatórios técnicos, livros, ensaios, produtos audiovisuais, assim como incentivar ou mesmo contratar a realização de pesquisas pontuais. Por serem obras constantemente produzidas, recomenda-se a atualização periódica dessas referências. Por essas características, esta etapa do inventário não será detalhada no presente manual.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Identificação do sítio e localidades

Definido o universo a ser inventariado, dá-se início aos trabalhos pela reunião e organização de todo o material disponível, necessário ao preenchimento dos seguintes formulários:

CÓDIGO	FORMULÁRIO
F10	Ficha de Identificação do Sítio
F11	Ficha de Identificação de Localidades
FC1	Ficha de Campo - Levantamento preliminar
A1	Anexo 1: Bibliografia
A2	Anexo 2: Registros Audiovisuais
A3	Anexo 3: Bens Culturais inventariados
A4	Anexo 4: Contatos

O material a ser utilizado no levantamento preliminar consistirá de fontes bibliográficas, legislação e outros documentos oficiais, levantamentos estatísticos e censos demográficos, mapas, plantas e iconografia, informações práticas (distâncias, condições de deslocamento e de hospedagem), observações não-sistemáticas desenvolvidas no trabalho cotidiano da Superintendência Regional e tudo o mais que for possível conseguir sobre o sítio. A complementação e o refinamento dessas informações serão a primeira atividade a ser executada no trabalho de campo. Na verdade, esse conjunto de formulários será também um dos últimos documentos a serem produzidos, pois eles reúnem sinteticamente as informações encontradas sobre todos os bens e localidades.

Para complementar essas informações, deverão ser localizados para entrevista pesquisadores, professores, moradores, representantes de entidades e associações, assim como as instituições públicas e privadas que desenvolvam atividades relevantes no sítio a ser inventariado. O contato com essas pessoas e instituições deverá ser orientado pelos temas do inventário, conforme apresentado nas fichas de identificação e nos anexos.

Para um bom aproveitamento do tempo e melhor desempenho na pesquisa de campo é necessário elaborar previamente um plano estratégico (mapa-calendário) para o desenvolvimento das entrevistas e registro da documentação, fazendo *in loco* os ajustes que se mostrarem necessários de acordo com as condições efetivamente encontradas na localidade.

Cada um dos modelos de formulários criados para o inventário possui um código de identificação que vem impresso no cabeçalho. Complementando a identificação desses documentos, o pesquisador deverá preencher os demais campos do seguinte modo:

CAMPO	INFORMAÇÃO
UF	Sigla da undade da federação em que se localiza o sítio
SÍTIO	Número do sítio, com dois dígitos: 01, 02 e assim por diante
LOCAL	Número da localidade, com dois dígitos. Não havendo subdivisão, utilizar 00.
ANO	Ano em que se finalizou o inventário, com dois dígitos.
FICHA	Pré-preenchimento
N°	Número de ordem da ficha na montagem do relatório, a ser preenchido pelo coordenador dos trabalhos. (ver item VI: Relatório mais adiante)

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Procedimentos para Identificação do Sítio e das Localidades

1. Reunir todo o material disponível.
2. Iniciar pelo preenchimento dos Anexos 1 (Bibliografia) e 2 (Registros audiovisuais), que se aplicam a todas as localidades consideradas, se houver. O manuseio desses documentos é um ponto de partida produtivo, pois permitirá localizar com mais facilidade as informações solicitadas pelos demais formulários.
3. Preencher os Anexos 3 e 4, segundo as localidades se for o caso. É mais produtivo trabalhar com estas listas simultaneamente, preenchendo-as à medida que os documentos forem sendo consultados. Na maioria das vezes os documentos contêm informações sobre mais de um assunto. Registrar todos, com base em um conjunto o mais sintético possível de palavras-chave.
4. Preencher a Ficha de Identificação do Sítio e as Fichas de Identificação de Localidades, se houver. Em caso de dúvida, não tente resolver sozinho(a); consulte o supervisor, pois é preciso dar soluções aos problemas encontrados que sejam compatíveis com o conjunto de procedimentos previstos e essas decisões deverão ser adotadas uniformemente por todos os pesquisadores.
5. Na sistematização de informações retiradas da bibliografia, transcrever as citações mais breves (o texto deve ser colocado entre aspas e a referência à fonte entre parênteses, com informações bibliográficas abreviadas). Para obras inteiras, capítulos e textos longos, indicar a referência bibliográfica e o local onde o documento citado está disponível. Se for possível, copiar, pois será útil ter à mão cópia dos documentos para consulta e anotações.

Duas informações práticas:

1. a apresentação dos dados deve respeitar a forma original encontrada nas fontes (tabelas, textos descritivos, gráficos, etc.). O pesquisador deverá simplesmente copiar o que encontra e produzir as referências completas;
2. é conveniente detalhar as informações por localidade, se houver dados disponíveis.

Nos diversos anexos serão acumuladas informações de natureza variada relativas ao sítio e suas subdivisões. Havendo um volume de informações que justifique a formação de subconjuntos por localidades, deve-se indicar na *Ficha de Identificação do Sítio* a existência destas fichas, e nelas os anexos correspondentes.

A identificação do universo a ser inventariado inicia-se com a pesquisa de fontes secundárias e os seus resultados deverão ser sistematizados pelo preenchimento do formulário denominado *Anexo 3: Bens culturais inventariados*.

Os formulários são auto-explicativos. Em cada um deles há instruções para preenchimento.

As edificações serão identificadas por uma combinação de duas técnicas básicas. Como bens arquitetônicos, elas serão analisadas por um arquiteto, seguindo as solicitações do campo do questionário dedicado à "descrição arquitetônica"; as representações sociais e usos associados serão investigados por este ou outro pesquisador, que utilizará os mesmos procedimentos criados para os demais itens.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Ficha de Identificação do Sítio

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **SÍTIO**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F10	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

Especificar a localização do sítio a ser inventariado, detalhando até o nível que seja relevante para o caso considerado. Se o sítio incluir mais de uma unidade administrativa, relacionar todas, iniciando pela que abranger a maior parte da área considerada e listando as demais em ordem alfabética.

DENOMINAÇÃO DO SÍTIO		DENOMINAÇÃO OFICIAL
OUTRAS DENOMINAÇÕES		Relacionar todas as demais por ordem alfabética.
ESTADO		
MUNICÍPIO		
DISTRITO OU SUBDISTRITO		
LOCALIDADES INVENTARIADAS	**NO SÍTIO**	Relacionar em ordem alfabética as localidades em que o sítio foi subdividido para efeitos deste inventário.
	NO ENTORNO	Relacionar em ordem alfabética as localidades inventariadas que se situam fora dos limites do sítio.

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.

Inserir fotos emblemáticas do sítio, incluindo pelo menos uma vista geral, um registro de cada um do(s) ponto(s) focal(is) ou detalhes mais significativos mencionados no resumo. Numerar cada foto (foto 1, 2, etc.), acrescentar legenda descritiva e código de localização, seguindo o padrão do *Anexo 2: Registros audiovisuais*.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS*.

SÍNTESE
Indicar número de bens inventariados nas várias categorias e resumir as suas principais características.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

4. DESCRIÇÃO DO SÍTIO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA* .

4.1. LOCALIZAÇÃO
Descrever os limites da área inventariada, localiza-la na região e justificar a delimitação adotada pelo inventário, relacionando-a às subdivisões jurídico-administrativas abrangidas. Remeter à *Ficha de Identificação de Localidade* para informações mais detalhadas, se for o caso.

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE
O patrimônio ambiental e a disponibilidade de matérias-primas para as atividades inventariadas. Descrever os principais ecossistemas e recursos hídricos da região, informando sobre o seu estado de conservação. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter ao campo 4.2 da *Ficha de Identificação de Localidade*.

4.3. MARCOS EDIFICADOS
Marcos urbanísticos, arqueológicos, arquitetônicos e edificados em geral relevantes como referências espaciais do sítio. Fornecer denominação, localização, principais características e informar sobre os sentidos atribuídos pela população. Remeter à *Ficha de Identificação de Edificações,* quando for o caso. Existindo INBI, IBA ou outro levantamento arquitetônico ou arqueológico do sítio inventariado ou de alguma de suas localidades, indicar localização e o número total de edificações e destacar os principais marcos considerados. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter ao campo 4.3 da *Ficha de Identificação de Localidade*.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

5.1. RESUMO
O processo de formação histórica da área, mencionando os fatos e processos mais relevantes para uma compreensão das principais transformações socioculturais ocorridas. Dar destaque às mudanças jurídico-administrativas, às transformações econômicas, demográficas, de infra-estrutura e à implantação de políticas de preservação do patrimônio cultural e ambiental na área. Este é um texto de comentário à cronologia abaixo.

5.2. CRONOLOGIA	
DATA	**EVENTO**
	Listar em ordem cronológica crescente os fatos históricos mais relevantes, sobretudo as intervenções que forem relevantes do ponto de vista ambiental e patrimonial promovidas no sítio.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

6. PERFIL SOCIOECONÔMICO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

6.1. POPULAÇÃO

Considerar uma profundidade histórica de 30 anos (Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000), destacando as principais tendências no período. Sempre que possível, além de reunir informações sobre o sítio como um todo, detalhar segundo as localidades. Principais temas: (1) Número e taxa de crescimento; (2) Composição: idade e sexo; (3) Urbanização: variação da população rural e urbana; (4) Origem: local de nascimento x residência atual.

6.2. QUALIDADE DE VIDA

Considerar uma profundidade histórica de 30 anos (Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000), destacando as principais tendências no período. Sempre que possível, além de reunir informações sobre o sítio como um todo, detalhar segundo as localidades. Principais temas: (1) Saneamento básico; (2) Mortalidade infantil; (3) Índice comparativo de qualidade de vida (IDH: índice de desenvolvimento humano, ou outro).

6.3. TRABALHO E RENDA FAMILIAR

Considerar uma profundidade histórica de 30 anos (Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000), destacando as principais tendências no período. Sempre que possível, além de reunir informações sobre o sítio como um todo, detalhar segundo as localidades. Principais temas: (1) Ocupação; (2) Renda familiar; (3) Produção (ramos de atividade); (4) Estrutura fundiária (área e número de estabelecimentos rurais).

6.4. EDUCAÇÃO

Considerar uma profundidade histórica de 30 anos (Censos de 1970, 1980, 1991 e 2000), destacando as principais tendências no período. Sempre que possível, além de reunir informações sobre o sítio como um todo, detalhar segundo as localidades. Principais temas: (1) Relação dos estabelecimentos de ensino existentes atualmente, com indicação de nível e número de alunos matriculados; (2) Escolaridade da população com 7 anos e mais, com atenção especial para o problema do analfabetismo.

7. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Inserir representação gráfica do sítio (croquis, plantas e/ou mapas), localizando as suas subdivisões e principais componentes (citados nesta ficha). Utilizar tantos desenhos quantos forem necessários, incluindo mapas de localização dos núcleos rurais e urbanos, áreas protegidas, os principais empreendimentos econômicos e de infra-estrutura (barragens, áreas de mineração e de extrativismo, etc.), estradas e caminhos vicinais e principais ecossistemas e recursos hídricos disponíveis. Utilizar sempre que possível mapas em escala 1:100.000. Incluir em todos os desenhos legenda descritiva detalhada.

8. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO E PLANEJAMENTO AMBIENTAL E PATRIMONIAL

Enumerar leis, decretos e outros instrumentos legais vigentes, relevantes do ponto de vista da situação atual do sítio em seus aspectos ambientais e culturais. Atentar especialmente para instrumentos de planejamento e de proteção do patrimônio cultural e natural.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: SÍTIO	--	--	--	--	F10	--

9. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

9.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES
Considerar: (1) Questões de natureza administrativa (relação entre áreas de competência, problemas de gerenciamento, etc.); (2) Atitudes e valores da população (residentes, usuários ou visitantes e ONGs) em relação ao patrimônio cultural e ambiental e em relação à atuação do governo; (3) Impactos e outros problemas decorrentes de empreendimentos públicos e privados implantados no sítio e em seu entorno.

9.2. RECOMENDAÇÕES
Recomendações dos técnicos à instituição, considerando: (1) A necessidade de implementar ações de valorização e informação (programas de educação patrimonial); (2) A conveniência de se aprofundarem estudos visando a registro ou tombamento de bens (citar denominação, código do inventário e justificativa).

10. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: PARA LISTA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

FORMULÁRIOS	
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOCALIDADES	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente.
ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA	Indicar título e código.
ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente.
ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter para o Campo 9 da *Ficha de Identificação de Localidade.*
ANEXO 4: CONTATOS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter para o Campo 9 da *Ficha de Identificação de Localidade.*
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente. Caso o sítio inclua mais de uma localidade, remeter para o Campo 9 da *Ficha de Identificação de Localidade.*

11. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
REDATOR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Ficha de Identificação de Localidade

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **LOCALIDADE**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F11	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

2. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.

Até 4 fotos emblemáticas da localidade, focalizando os principais marcos e referências identificados pelo inventário. Numerar cada foto (foto 1, 2 etc), acrescentar legenda descritiva e código de localização, seguindo o padrão do *Anexo 2: Registros audiovisuais*.

3. REFERÊNCIAS CULTURAIS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS BENS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS*.

SÍNTESE
Indicar número de bens inventariados nas várias categorias e resumir suas principais características.

4. DESCRIÇÃO

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS ESCRITOS INVENTARIADOS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

4.1. POPULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO
Descrever limites e relação com demais localidades. Localizar em mapa, planta ou croqui. Informar sobre população e principais características sócioeconômicas atuais.

4.2. PAISAGEM NATURAL E MEIO AMBIENTE
O patrimônio ambiental e a disponibilidade de matérias-primas para as atividades inventariadas. Descrever os principais ecossistemas e recursos hídricos da localidade, informando sobre o seu estado de conservação. Localizar em mapa ou croqui.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

4.3. MARCOS EDIFICADOS

Marcos urbanísticos, arqueológicos, arquitetônicos e edificados em geral, relevantes como referências espaciais da localidade. Fornecer denominação, localização, principais características e informar sobre os sentidos atribuídos pela população. Remeter à *Ficha de Identificação de Edificações*, quando for o caso. Existindo INBI, IBA ou outro levantamento arquitetônico ou arqueológico da localidade, dar referência bibliográfica, informar sobre o número total de edificações incluídas nesses levantamentos e enumerar os principais marcos considerados. Localizar em mapa ou croqui.

5. FORMAÇÃO HISTÓRICA

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FONTES INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*.

5.1. RESUMO

Apresentar um sumário do processo de formação da localidade, em seus aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais. Comentar os principais episódios incluídos no campo 5.2 desta ficha.

5.2. CRONOLOGIA

Enumerar os principais acontecimentos que marcaram a formação histórica da localidade e de sua cultura.

DATA	EVENTO

6. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Mapas indicando localização na área, ligações com demais localidades consideradas e distâncias entre elas, bem como principais rios e outras referências geográficas. Plano urbano ou croqui identificando os principais marcos, praças e ruas. Localizar os bens inventariados. Utilizar tantos mapas quantos forem necessários para uma visão clara dos temas focalizados.

7. LEGISLAÇÃO

INSTRUMENTOS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL E DE PLANEJAMENTO

Enumerar leis, decretos e outros instrumentos legais vigentes, relevantes do ponto de vista da situação atual da localidade em seus aspectos ambientais e culturais. Atentar especialmente para instrumentos de planejamento e de proteção do patrimônio cultural e natural.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LOCALIDADE	--	--	--	--	F11	--

8. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

8.1. PROBLEMAS E POSSIBILIDADES
Avaliação sintética das condições em que atualmente se encontra a localidade do ponto de vista da problemática ambiental e do patrimônio cultural. Atentar para as relações entre a população local e os agentes de preservação, bem como para a atuação de organizações não-governamentais.

8.2. RECOMENDAÇÕES
Elaborar um conjunto de recomendações relevantes do ponto de vista do aprimoramento das políticas de defesa e valorização do patrimônio cultural na localidade e manifestar-se quanto a sua urgência.

9. DOCUMENTOS ANEXADOS

OBS.: VER *ANEXO 1: BIBLIOGRAFIA*

ANEXO 3: BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente.
ANEXO 4: CONTATOS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente.
FICHAS DE IDENTIFICAÇÃO DE BENS	Listar os documentos segundo os títulos e códigos. Ordenar pelos códigos em seqüência crescente.

10. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
REDATOR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Anexo 1: Bibliografia

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **ANEXO** **BIBLIOGRAFIA**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F1-	A1
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LIVROS E OUTRAS PUBLICAÇÕES NÃO SERIADAS

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.	1.Bem inventariado A – Bem inventariado B. 2.Localidade A – Localidade B. 3. Sítio.	Onde o documento é disponível.	1
			2
			3

2. PUBLICAÇÕES SERIADAS

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.	1.Bem inventariado A – Bem inventariado B. 2.Localidade A – Localidade B. 3. Sítio.	Onde o documento é disponível.	4
			5
			6

3. PEQUENOS IMPRESSOS (FOLDERS, CARTAZES, ETC.)

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.	1.Bem inventariado A – Bem inventariado B. 2.Localidade A – Localidade B. 3. Sítio.	Onde o documento é disponível.	7
			8
			9

4. TEXTOS INÉDITOS, RELATÓRIOS TÉCNICOS E MANUSCRITOS

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR	Nº
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.	1.Bem inventariado A – Bem inventariado B. 2.Localidade A – Localidade B. 3. Sítio.	Onde o documento é disponível.	10
			11
			12

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

ANEXO : BIBLIOGRAFIA	--	--	--	--	F1-	A1

5. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
PREENCHIDO POR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Anexo 2: Registros Audiovisuais

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **ANEXO** **REGISTROS AUDIOVISUAIS**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F1-	A2
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

Utilizar esta ficha para o cadastrar registros localizados ou produzidos pelo inventário.

1. FOTOGRAFIA E ARTES VISUAIS Incluir foto digital

Reproduzir a tabela conforme seja necessário.

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Código ou título do registro.	**DATA**	Data do registro	**1**
ASSUNTO	Bens inventariados e cinco palavras-chave sobre o assunto.			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Características do suporte e estado de conservação.			
LOCALIZAÇÃO	Onde encontrar.			
AUTOR / FONTE				

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Código ou título do registro.	**DATA**	Data do registro	**2**
ASSUNTO	Bens inventariados e cinco palavras-chave sobre o assunto.			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Características do suporte e estado de conservação.			
LOCALIZAÇÃO	Onde encontrar.			
AUTOR / FONTE				

2. VÍDEO

Reproduzir a tabela conforme seja necessário.

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Código ou título do registro.	**DATA**	Data do registro	**3**
ASSUNTO	Bens inventariados e cinco palavras-chave sobre o assunto.			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Características do suporte e estado de conservação.			
LOCALIZAÇÃO	Onde encontrar.			
AUTOR / FONTE				

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	--	--	--	--	F1-	A2

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Código ou título do registro.	DATA	Data do registro	4
ASSUNTO	Bens inventariados e cinco palavras-chave sobre o assunto.			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Características do suporte e estado de conservação.			
LOCALIZAÇÃO	Onde encontrar.			
AUTOR / FONTE				

3. GRAVAÇÃO SONORA Incluir gravação em MD

Reproduzir a tabela conforme seja necessário.

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Código ou título do registro.	DATA	Data do registro	5
ASSUNTO	Bens inventariados e cinco palavras-chave sobre o assunto.			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Características do suporte e estado de conservação.			
LOCALIZAÇÃO	Onde encontrar.			
AUTOR / FONTE				

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Código ou título do registro.	DATA	Data do registro	6
ASSUNTO	Bens inventariados e cinco palavras-chave sobre o assunto.			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Características do suporte e estado de conservação.			
LOCALIZAÇÃO	Onde encontrar.			
AUTOR / FONTE				

4. CD-ROM E OUTROS REGISTROS DIGITAIS

Reproduzir a tabela conforme seja necessário.

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Código ou título do registro.	DATA	Data do registro	7
ASSUNTO	Bens inventariados e cinco palavras-chave sobre o assunto.			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Características do suporte e estado de conservação.			
LOCALIZAÇÃO	Onde encontrar.			
AUTOR / FONTE				

TÍTULO OU LOCALIZADOR	Código ou título do registro.	DATA	Data do registro	8
ASSUNTO	Bens inventariados e cinco palavras-chave sobre o assunto.			
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Características do suporte e estado de conservação.			
LOCALIZAÇÃO	Onde encontrar.			

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

ANEXO : REGISTROS AUDIOVISUAIS	--	--	--	--	F1-	A2

AUTOR / FONTE	

5. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
PREENCHIDO POR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Anexo 3: Bens Culturais Inventariados

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **ANEXO** **BENS CULTURAIS INVENTARIADOS**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F1-	A3
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

2. RELAÇÃO DOS BENS

2.1. CELEBRAÇÕES

Reproduzir tabela se necessário.

DENOMINAÇÃO	Nome como é conhecido.			IDENTIFICADO SIM / NÃO	1
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Se possível data.	LUGAR	Onde ocorre.	
DESCRIÇÃO	Desenvolver o seguinte roteiro: 1 – Caracterizar o bem no contexto das classificações consideradas (tipo e condição atual). 2 – Informar sobre principais características e etapas se for o caso. 3 – O público envolvido. 4 – Importância para a vida local. 5 – Outras informações relevantes.				
REGISTROS	Título ou descrição do documento.		Nº	Cf. Anexo 2	
CONTATOS	Pessoa ou instituição que poderá informar a respeito do bem.		Nº	Cf. Anexo 4	

DENOMINAÇÃO	Nome como é conhecido.			IDENTIFICADO SIM / NÃO	2
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO				
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Se possível data.	LUGAR	Onde ocorre.	
DESCRIÇÃO	Desenvolver o seguinte roteiro: 1 – Caracterizar o bem no contexto das classificações consideradas (tipo e condição atual). 2 – Informar sobre principais características e etapas se for o caso. 3 – O público envolvido. 4 – Importância para a vida local. 5 – Outras informações relevantes.				
REGISTROS	Título ou descrição do documento.		Nº	Cf. Anexo 2	
CONTATOS	Pessoa ou instituição que poderá informar a respeito do bem.		Nº	Cf. Anexo 4	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

2.2. EDIFICAÇÕES

Reproduzir tabela se necessário.

DENOMINAÇÃO	Nome como é conhecido.			IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	3
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Se possível data.	LUGAR	Onde ocorre.		
DESCRIÇÃO	Desenvolver o seguinte roteiro: 1 – Caracterizar o bem no contexto das classificações consideradas (tipo e condição atual). 2 – Informar sobre principais características e etapas se for o caso. 3 – O público envolvido. 4 – Importância para a vida local. 5 – Outras informações relevantes.					
REGISTROS	Título ou descrição do documento.			Nº		Cf. Anexo 2
CONTATOS	Pessoa ou instituição que poderá informar a respeito do bem.			Nº		Cf. Anexo 4

DENOMINAÇÃO	Nome como é conhecido.			IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	4
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Se possível data.	LUGAR	Onde ocorre.		
DESCRIÇÃO	Desenvolver o seguinte roteiro: 1 – Caracterizar o bem no contexto das classificações consideradas (tipo e condição atual). 2 – Informar sobre principais características e etapas se for o caso. 3 – O público envolvido. 4 – Importância para a vida local. 5 – Outras informações relevantes.					
REGISTROS	Título ou descrição do documento.			Nº		Cf. Anexo 2
CONTATOS	Pessoa ou instituição que poderá informar a respeito do bem.			Nº		Cf. Anexo 4

2.3. FORMAS DE EXPRESSÃO

Reproduzir tabela se necessário.

DENOMINAÇÃO	Nome como é conhecido.			IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	5
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Se possível data.	LUGAR	Onde ocorre.		
DESCRIÇÃO	Desenvolver o seguinte roteiro: 1 – Caracterizar o bem no contexto das classificações consideradas (tipo e condição atual).2 – Informar sobre atuais executantes (indivíduos ou grupos). 3 – Informar sobre principais características e etapas se for o caso. 4 – O público envolvido. 5 – Importância para a vida local. 6 – Outras informações relevantes.					
REGISTROS	Título ou descrição do documento.			Nº		Cf. Anexo 2
CONTATOS	Pessoa ou instituição que poderá informar a respeito do bem.			Nº		Cf. Anexo 4

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

DENOMINAÇÃO	Nome como é conhecido.			IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	6
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Se possível data.	LUGAR	Onde ocorre.		
DESCRIÇÃO	Desenvolver o seguinte roteiro: 1 – Caracterizar o bem no contexto das classificações consideradas (tipo e condição atual).2 – Informar sobre atuais executantes (indivíduos ou grupos). 3 – Informar sobre principais características e etapas se for o caso. 4 – O público envolvido. 5 – Importância para a vida local. 6 – Outras informações relevantes.					
REGISTROS	Título ou descrição do documento.			Nº	Cf. Anexo 2	
CONTATOS	Pessoa ou instituição que poderá informar a respeito do bem.			Nº	Cf. Anexo 4	

2.4. LUGAR

Reproduzir tabela se necessário.

DENOMINAÇÃO	Nome como é conhecido.			IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	7
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Se possível data.	LUGAR	Onde ocorre.		
DESCRIÇÃO	Desenvolver o seguinte roteiro: 1 – Caracterizar o bem no contexto das classificações consideradas (tipo e condição atual). 2 – Informar sobre principais características e etapas se for o caso. 3 – O público envolvido. 4 – Importância para a vida local. 5 – Outras informações relevantes.					
REGISTROS	Título ou descrição do documento.			Nº	Cf. Anexo 2	
CONTATOS	Pessoa ou instituição que poderá informar a respeito do bem.			Nº	Cf. Anexo 4	

DENOMINAÇÃO	Nome como é conhecido.			IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	8
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO ☐ EDIFICAÇÃO ☐ FORMA DE EXPRESSÃO ☐ LUGAR ☐ OFÍCIO					
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA					
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Se possível data.	LUGAR	Onde ocorre.		
DESCRIÇÃO	Desenvolver o seguinte roteiro: 1 – Caracterizar o bem no contexto das classificações consideradas (tipo e condição atual). 2 – Informar sobre principais características e etapas se for o caso. 3 – O público envolvido. 4 – Importância para a vida local. 5 – Outras informações relevantes.					
REGISTROS	Título ou descrição do documento.			Nº	Cf. Anexo 2	
CONTATOS	Pessoa ou instituição que poderá informar a respeito do bem.			Nº	Cf. Anexo 4	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

ANEXO : BENS CULTURAIS INVENTARIADOS	--	--	--	--	F1-	A3

2.5. OFÍCIOS E MODOS DE FAZER

Reproduzir tabela se necessário.

DENOMINAÇÃO	Nome como é conhecido.				IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	9
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO	☐ EDIFICAÇÃO	☐ FORMA DE EXPRESSÃO	☐ LUGAR	☐ OFÍCIO		
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO	☐ MEMÓRIA	☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Se possível data.	LUGAR	Onde ocorre.			
DESCRIÇÃO	Desenvolver o seguinte roteiro: 1 – Caracterizar o bem no contexto das classificações consideradas (tipo e condição atual).2 – Informar sobre atuais executantes (indivíduos ou grupos). 3 – Informar sobre principais características e etapas se for o caso. 4 – O público envolvido. 5 – Importância para a vida local. 6 – Outras informações relevantes.						
REGISTROS	Título ou descrição do documento.				Nº	Cf. Anexo 2	
CONTATOS	Pessoa ou instituição que poderá informar a respeito do bem.				Nº	Cf. Anexo 4	

DENOMINAÇÃO	Nome como é conhecido.				IDENTIFICADO SIM	IDENTIFICADO NÃO	10
TIPO	☐ CELEBRAÇÃO	☐ EDIFICAÇÃO	☐ FORMA DE EXPRESSÃO	☐ LUGAR	☐ OFÍCIO		
CONDIÇÃO ATUAL	☐ VIGENTE / ÍNTEGRO	☐ MEMÓRIA	☐ RUÍNA				
OCORRÊNCIA	ÉPOCA	Se possível data.	LUGAR	Onde ocorre.			
DESCRIÇÃO	Desenvolver o seguinte roteiro: 1 – Caracterizar o bem no contexto das classificações consideradas (tipo e condição atual).2 – Informar sobre atuais executantes (indivíduos ou grupos). 3 – Informar sobre principais características e etapas se for o caso. 4 – O público envolvido. 5 – Importância para a vida local. 6 – Outras informações relevantes.						
REGISTROS	Título ou descrição do documento.				Nº	Cf. Anexo 2	
CONTATOS	Pessoa ou instituição que poderá informar a respeito do bem.				Nº	Cf. Anexo 4	

3. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
PREENCHIDO POR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Anexo 4: Contatos

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **ANEXO** **CONTATOS**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F1-	A4
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

2. CONTATOS

Relacionar pessoas e instituições que possam informar sobre a cultura no sítio inventariado, tanto em seus aspectos gerais quanto a respeito de determinadas práticas ou lugares. Reproduzir a tabela se necessário.

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.			☐ **ENTREVISTADO** ☐ **NÃO ENTREVISTADO**	1
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.		**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		☐ **MASCULINO** ☐ **FEMININO**
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.				
TELEFONE		**FAX**		**E-MAIL**	
OCUPAÇÃO	Atividade principal				
ONDE NASCEU	Cidade, estado		**DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE**		Precisar ano

BEM CULTURAL	**OBSERVAÇÃO**
Utilizar uma linha para cada bem mencionado.	De que forma o entrevistado participa da atividade ou teve informação sobre o bem.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

ANEXO : CONTATOS	--	--	--	--	F1-	A4

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.			☐ ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	2
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		☐ MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.				
TELEFONE		FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Atividade principal				
ONDE NASCEU	Cidade, estado	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Precisar ano		

BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO
Utilizar uma linha para cada bem mencionado.	De que forma o entrevistado participa da atividade ou teve informação sobre o bem.

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.			☐ ENTREVISTADO ☐ NÃO ENTREVISTADO	3
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		☐ MASCULINO ☐ FEMININO	
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.				
TELEFONE		FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Atividade principal				
ONDE NASCEU	Cidade, estado	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Precisar ano		

BEM CULTURAL	OBSERVAÇÃO
Utilizar uma linha para cada bem mencionado.	De que forma o entrevistado participa da atividade ou teve informação sobre o bem.

3. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
PREENCHIDO POR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Identificação dos Bens Culturais

Após o levantamento preliminar chega-se à *identificação* dos bens culturais.

Identificação

Como se afirmou anteriormente, a identificação não depende da observação direta das atividades constitutivas do bem cultural considerado no momento de sua execução. As informações necessárias poderão ser obtidas a qualquer tempo, pela pesquisa de campo, com o uso de questionários e/ou de gravações.

A identificação será feita por meio de questionários específicos (ver mais adiante), e da gravação em áudio ou vídeo de narrativas, canções, orações, poesias, etc. Para cada uma das gravações feitas será preenchida uma Ficha de Campo: Registros Audiovisuais. Os primeiros entrevistados serão escolhidos com base nas informações contidas no *Anexo 4: Contatos* e outros deverão ser incluídos por sugestão deles.

Em se tratando de bens classificados como O*fícios e modos de fazer* ou *Formas de expressão,* será entrevistado, para cada atividade, um informante apontado localmente como mestre ou alguém especialmente qualificado na atividade. Se necessário, entrevistas complementares poderão ser feitas para um adequado preenchimento da ficha de identificação, mas o foco é o executante individual ou o grupo, caso se trate de atividade grupal. Não será necessário entrevistar todos os executantes, pois o que se estará inventariando será, primeiro, a atividade e, nesse contexto, será singularizado o desempenho de um executante exemplar.

No caso de *Celebrações* e *Lugares,* recomenda-se que sejam feitas tantas entrevistas quantas forem necessárias para atingir um grau de conhecimento que seja adequado para o preenchimento das *fichas de identificação* correspondentes.

Intruções para o preenchimento das fichas e dos questionários encontram-se nos modelos apresentados neste manual. A identificação inclui a produção de documentação fotográfica ou videográfica padronizada, onde deverão ser registrados:

1. (em se tratando de atividade) o motivo focal, o conjunto de que é parte, personagens principais e o ambiente em que ocorre;
2. (em se tratando de lugar) vistas gerais, marcos e limites, usos em diferentes horários.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Questionário e Ficha de Identificação: Celebrações

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO** **CELEBRAÇÕES**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	Q20	---
	UF	SÍTIO-.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		INÍCIO	Horário da entrevista	TÉRMINO	Horário da entrevista
ENTREVISTADOR		SUPERVISOR			

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente.
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações que também ocorrem.

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.			Nº	Cf. Anexo 4
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		SEXO	☐ MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.				
TELEFONE		FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Atividade principal				
ONDE NASCEU	Cidade, estado	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE		Precisar ano	

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. COMO PARTICIPA DA CELEBRAÇÃO? O QUE FAZ E DESDE QUANDO?
Descrever o que é desempenhado especificamente pelo entrevistado. Ele é organizador da celebração? Participa diretamente do trabalho? Executa uma etapa específica? Qual?

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES	--	--	--	--	Q20	---

5.2. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Este campo deve ser usado como complemento dos anteriores; descrever outros fatos relevantes do ponto de vista da relação entre a trajetória pessoal e a profissional.

5.3. EXISTEM GRUPOS OU ASSOCIAÇÕES LIGADOS A ESTA CELEBRAÇÃO?
Procurar dar a informação mais precisa possível quanto ao nome e à localização da entidade.

6. DESCRIÇÃO DA CELEBRAÇÃO

O item refere-se especificamente à celebração que for considerada **a referência mais importante** para a cultura local.

6.1. ÉPOCA	
DATA	☐ DATA FIXA: DIA ___ MÊS _____ Data da atividade principal. ☐ DATA MÓVEL: Critério para escolha da data.
DURAÇÃO	DE _____ A _____ Dia da semana ou do mês
PERIODICIDADE	☐ ANUAL ☐ OUTRA. QUAL? Critério para fixação da periodicidade.
CELEBRAÇÕES ASSOCIADAS	

6.2. ANOS DE OCORRÊNCIA DA CELEBRAÇÃO DESDE 1990											
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA CELEBRAÇÃO? ASSINALAR E DESCREVER TODOS OS MOTIVOS QUE A JUSTIFICAM.
☐ INVOCAÇÃO RELIGIOSA. QUAL(IS)? _____
_____
☐ OUTROS (COMÉRCIO, LAZER, CALENDÁRIO, TRABALHO, ETC.) _____
_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA CELEBRAÇÃO?
Quando e como essa celebração começou a ser realizada nesta localidade?

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À CELEBRAÇÃO?
Se houver, gravar e preencher a Ficha de Campo: Registros Audiovisuais.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES	--	--	--	--	Q20	---

7. PREPARAÇÃO

O que é feito, quem faz e quando?

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

Descrever o desenvolvimento da atividade conforme relatado pelo(a) entrevistado(a), mencionando etapas intermediárias se for o caso.

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
		Pessoas, grupos ou instituições

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA CELEBRAÇÃO ? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA CELEBRAÇÃO? QUAIS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES	--	--	--	--	Q20	---

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA CELEBRAÇÃO? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA CELEBRAÇÃO? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras executadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA CELEBRAÇÃO? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA CELEBRAÇÃO? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A CELEBRAÇÃO, QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

Providências como limpeza do local, guarda dos objetos, ferramentas, etc.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

8.11. QUAL É O PÚBLICO DESTA CELEBRAÇÃO?

O público ou clientela: origem e número aproximado. Quem adquire / compra / recebe tais produtos/serviços?

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES	--	--	--	--	Q20	---

8.12. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO E NO PROGRAMA DESTA CELEBRAÇÃO? DESCREVER, INFORMAR SOBRE A ÉPOCA E OS MOTIVOS DAS MUDANÇAS.	
ÉPOCA	OCORRÊNCIA

9. LUGAR DA CELEBRAÇÃO

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A CELEBRAÇÃO?
Há alguma contribuição para a conservação das instalações? É necessária autorização? Há retribuição ou pagamento de taxas?

9.3. DESENHO DO LUGAR DA CELEBRAÇÃO
Indicar no modelo fornecido a localização dos equipamentos, atividades e objetos mencionados, elaborar segundo informado sobre a denominação de cada item indicado.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA CELEBRAÇÃO?

10.2. HÁ OUTRAS CELEBRAÇÕES NESTA LOCALIDADE?		
CELEBRAÇÃO	ONDE / QUANDO	CONTATO

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES	--	--	--	--	Q20	---

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Justificar de acordo com os objetivos do Inventário.

13.2. OUTRAS OBSERVAÇÕES

13.3. FICHAS ANEXADAS
Listar as *Fichas de Campo: Registros Audiovisuais* e anexá-las a este questionário;

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **CELEBRAÇÕES**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F20	--
	UF	SÍTIO-.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

2. BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações vigentes ou passadas, inclusive a oficial se distinta da anterior.
CONDIÇÃO ATUAL	☐ **VIGENTE / ÍNTEGRO** ☐ **MEMÓRIA** ☐ **RUÍNA**

3. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.

Inserir fotos emblemáticas da atividade, incluindo: uma vista geral do lugar onde ela é realizada; os executantes principais e outros participantes, se possível em atividade; os principais objetos utilizados (campo 8 desta ficha); a situação em que eles são dispostos; o público. Numerar cada foto, acrescentar legendas descritivas e códigos de localização no acervo.

4. DESCRIÇÃO DO BEM IDENTIFICADO

Descrever o tipo de celebração (festa religiosa, carnaval, rituais associados ao trabalho, calendário, etc.) e as atividades complementares, sintetizando as informações do campo 8 desta ficha. Sendo pertinente, focalizar os textos utilizados (escritos ou improvisados), músicas, letras e orações. Remeter aos registros fotográficos e audiovisuais disponíveis.

5. DESCRIÇÃO DO LUGAR DA CELEBRAÇÃO

5.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Sintetizar as informações do campo 9 do questionário. Descrever as edificações e espaços onde ocorre a celebração e dar dimensões; referir aos mapas, plantas e croquis (cf. campo 11 desta ficha) e aos campos 5.2 e 5.3 desta ficha. Identificar a denominação e a função de cada unidade espacial, se houver mais de uma.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES	--	--	--	--	F20	--

5.2. MARCOS NATURAIS E/OU EDIFICADOS

Descrever os elementos que se destacam para o reconhecimento deste lugar como estando associado à celebração considerada. Identificar sua denominação e seu significado. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais onde ela se desenvolve. Remeter à *Ficha de Identificação de Edificações* ou indicar no campo 13.1 desta ficha a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

5.3. AGENCIAMENTO DO ESPAÇO PARA A CELEBRAÇÃO

Enumerar os elementos acrescentados ao espaço previamente existente, de modo a integrá-lo a esta celebração, especialmente mastros e outros marcos simbólicos, ornamentos especiais, palco, objetos e mobiliário, identificando sua denominação e seu significado. Em se tratando de atividade que implique deslocamento espacial (cortejo, uso simultâneo de mais de um espaço), descrever o trajeto e a evolução, associando-os sempre aos marcos identificados.

6. TEMPO

Sintetizar informações do campo 6.1 e 6.2 do questionário.

DATA	☐ **DATA FIXA:** **DIA** ___ **MÊS** _____ Data da atividade principal. ☐ **DATA MÓVEL:** Critério para escolha da data a cada comemoração.
DURAÇÃO	**DE** _____ **A** _____ Dia da semana ou do mês.
PERIODICIDADE	☐ **ANUAL** ☐ **OUTRA** **ESPECIFICAR** _____ Critério para fixação da periodicidade.

OCORRÊNCIA EFETIVA DESDE 1990 Assinalar os anos em que a atividade ocorreu efetivamente.

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

7. HISTÓRIA

7.1. ORIGENS, MOTIVOS, SENTIDOS E TRANSFORMAÇÕES

Sintetizar informações de fontes secundárias e dos campos 6.3, 6.4 e 8.12 do questionário.

7.2. NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES

Sintetizar informações do campo 6.5 do questionário e das gravações feitas, se houver; nesse caso, citar as *Fichas de Campo: Registros Audiovisuais*.

7.3. CRONOLOGIA Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 8.12 do questionário.

DATA	DESCRIÇÃO

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES	--	--	--	--	F20	--

8. ATIVIDADE

8.1. PROGRAMAÇÃO

Sintetizar informações do campo 7 e 8.1 do questionário.

ETAPA	ATIVIDADE

8.2. PRINCIPAIS PARTICIPANTES

Enumerar os participantes e o papel de cada um. Sintetizar informações do campo 8.1 do questionário.

STATUS	FUNÇÃO

8.3. CAPITAL E INSTALAÇÕES

Sintetizar informações do campo 8.2 do questionário; preencher um bloco para cada item.

DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável.
FUNÇÃO	Finalidade dos recursos.

8.4. MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO

Sintetizar informações do campo 8.3 do questionário; preencher um bloco para cada item.

DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.
DISPONIBILIDADE	Facilidade ou dificuldade de obtenção.

8.5. COMIDAS E BEBIDAS

Sintetizar informações do campo 8.4 do questionário; preencher um bloco para cada item.

DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES	--	--	--	--	F20	--

8.6. OBJETOS E INSTRUMENTOS RITUAIS Sintetizar informações do campo 8.5 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

8.7. TRAJES E ADEREÇOS Sintetizar informações do campo 8.6 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

8.8. DANÇAS Sintetizar informações do campo 8.7 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM EXECUTA	Informar quem é responsável pela execução
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

8.9. MÚSICAS E ORAÇÕES Sintetizar informações do campo 8.8 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar quem é responsável pela execução
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES	--	--	--	--	F20	--

8.10. INSTRUMENTOS MUSICAIS

Sintetizar informações do campo 8.9 do questionário; preencher um bloco para cada item.

DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

8.11. ATIVIDADES APÓS A EXECUÇÃO

Estocagem, guarda de equipamentos, instrumentos, figurinos e objetos cênicos; incluir as informações do Campo 8.10 do questionário; preencher uma linha para cada item.

EXECUTANTE	ATIVIDADE

9. PÚBLICO

DESCRIÇÃO
Sintetizar informações dos campo 8.11 do questionário: quem é, de onde vem, como participa.

10. BENS ASSOCIADOS

Listar todos os bens inventariados que tenham relação com este, indicando denominação e código.

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	Código do Anexo 3 onde o bem ocorre seguido do seu número de ordem no anexo. Se identificado, informar o código da ficha de identificação.

11. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Localizar as atividades e bens considerados (campo 8 desta ficha), identificando os itens descritos no campo 5. Se a atividade implicar deslocamento – cortejo, procissão, etc. –, indicar trajeto e direção usualmente Seguida, ponto de partida e de chegada, bem como os lugares em que se fazem paradas programadas. Utilizar planta baixa indicando os elementos estruturantes do espaço. Utilizar tantos desenhos quantos forem necessários para uma representação clara do lugar e, se a atividade incluir mais de um lugar, produzir os desenhos correspondentes. Incluir legenda descritiva de cada elemento indicado.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: CELEBRAÇÕES	--	--	--	--	F20	--

12. DOCUMENTOS INVENTARIADOS

Atentar sobretudo para a referência ao bem identificado em inventários, levantamentos sistemáticos ou em estudos especializados.

12.1. DOCUMENTOS ESCRITOS, DESENHOS E IMPRESSOS EM GERAL
Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 1: Bibliografia* da Ficha de Identificação do Sítio. Colocar as referências em ordem alfabética e separadas por parágrafo.

12.2. REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS
Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 2: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

12.3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS
Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 2: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

13. OBSERVAÇÕES

13.1. APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO OU PARA FINS DE REGISTRO OU TOMBAMENTO
Havendo recomendação de aprofundamento, justificar de acordo com os critérios do Inventário.

13.2. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS MENCIONADOS NESTA FICHA
Havendo recomendação de identificar outros bens, fornecer denominação, categoria e justificar de acordo com os critérios do Inventário.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

14. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

QUESTIONÁRIOS ANALISADOS	Listar todos os documentos utilizados para a elaboração desta ficha, indicando título e código.	
PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
REDATOR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Questionário e Ficha de Identificação: Edificações

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO** **EDIFICAÇÕES**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	Q30	---
	UF	SÍTIO-.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		INÍCIO	Horário da entrevista	TÉRMINO	Horário da entrevista
ENTREVISTADOR		SUPERVISOR			

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações que também ocorrem.
ENDEREÇO	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR DO PROJETO	
CONDIÇÃO ATUAL	☐ ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA
CATEGORIA	☐ CIVIL ☐ MILITAR ☐ RELIGIOSA ☐ INSTITUCIONAL ☐ INDUSTRIAL ☐ COMEMORATIVA ☐ MOBILIÁRIO URBANO OU OBRA DE ARTE
ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO	Data ou época aproximada
PROTEÇÃO EXISTENTE	Indicar instrumento legal em nível federal, estadual ou municipal

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES	--	--	--	--	Q30	---

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.				Nº	Cf. Anexo 4
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		SEXO	☐ MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.					
TELEFONE		FAX		E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Atividade principal					
ONDE NASCEU	Cidade, estado		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Precisar ano		

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

QUAL SUA RELAÇÃO COM A EDIFICAÇÃO QUE É TEMA DESTA ENTREVISTA?
Realiza ali alguma atividade? É o proprietário ou responsável por ela?

6. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

OBS.: O CONJUNTO DE CAMPOS QUE FORMAM O *ITEM 6: DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA* NÃO SERÁ OBJETO DE ENTREVISTA, MAS DE ANÁLISE ARQUITETÔNICA. PROCEDER CONFORME SOLICITADO NOS DIVERSOS CAMPOS, RECORRENDO AO MANUAL DO INBI SE NECESSITAR DE INFORMAÇÕES ADICIONAIS.

6.1. AMBIÊNCIA
Posição na paisagem: entorno, destaque, visibilidade.

6.2. CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS
Descrever a edificação considerando: (1) estilo e época de construção, (2) área, relação com o lote e a rua, (3) plantas baixas, (4) cobertura, (5) fachada, (6) sistema construtivo, (7) detalhes arquitetônicos relevantes.

6.3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Atentar para problemas em relação a cobertura, fundações, estrutura, esquadrias, revestimento e piso.

6.4. BENS MÓVEIS E INTEGRADOS
Focalizar especialmente aqueles associados ao valor referencial do imóvel.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES	--	--	--	--	Q30	---

7. SENTIDOS REFERENCIAIS

7.1. QUAL É A ORIGEM DESTA EDIFICAÇÃO?
Quem construiu, quando e com que finalidade? Se não souber informar, desde quando conhece?

7.2. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE ESTA EDIFICAÇÃO OU ALGUM FATO NELA OCORRIDO?
Em caso afirmativo, registrar e preencher *Ficha de Campo: Registros Audiovisuais*.

7.3. QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NESTA EDIFICAÇÃO? QUANDO E PORQUE OCORRERAM?

7.4. O QUE TORNA ESTA EDIFICAÇÃO IMPORTANTE NA LOCALIDADE?			
USO	QUEM	QUANDO	ONDE
Atividade cerimonial ou cotidiana que tenha importância para o lugar	Categoria social em que se enquadram os principais participantes; número	Data/duração/periodicidade	

8. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

8.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA EDIFICAÇÃO?

8.2. HÁ OUTRAS EDIFICAÇÕES IMPORTANTES NESTA LOCALIDADE?		
LOCALIZAÇÃO	CARACTERÍSTICAS	CONTATO

9. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES	--	--	--	--	Q30	---

10. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

11. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Justificar de acordo com os objetivos do Inventário.

OUTRAS OBSERVAÇÕES

FICHAS ANEXADAS
Listar as *Fichas de Campo: Registros Audiovisuais* e anexá-las a este questionário;

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **EDIFICAÇÕES**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F30	--
	UF	SÍTIO-.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

2. BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações vigentes ou passadas, inclusive a oficial se distinta da anterior.
ENDEREÇO	
PROPRIETÁRIO	
AUTOR DO PROJETO	
CONDIÇÃO ATUAL	☐ ÍNTEGRO ☐ MEMÓRIA ☐ RUÍNA
CATEGORIA	☐ CIVIL ☐ MILITAR ☐ RELIGIOSA ☐ INSTITUCIONAL ☐ INDUSTRIAL ☐ COMEMORATIVA ☐ MOBILIÁRIO URBANO OU OBRA DE ARTE
ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO	Data ou época aproximada.
PROTEÇÃO EXISTENTE	Indicar instrumento legal em nível federal, estadual ou municipal.

3. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DOS DOCUMENTOS LOCALIZADOS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.

Inserir fotos emblemáticas da edificação, registrado: (1) ambiência, (2) fachada, (3) detalhes mais significativos do ponto de vista da arquitetura e (4) aspectos relevantes do ponto de vista dos usos atuais e valores atribuídos pela população. Numerar cada foto, acrescentando legenda descritiva e códigos de localização no acervo.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES	--	--	--	--	F30	--

4. DESCRIÇÃO ARQUITETÔNICA

Sintetizar informações do campo 6 do questionário.

4.1. AMBIÊNCIA
Posição na paisagem: entorno, destaque, visibilidade.

4.2. CARACTERÍSTICAS ARQUITETÔNICAS
Descrever a edificação, considerando: (1) estilo e época de construção, (2) área, relação com o lote e a rua, (3) plantas baixas, (4) cobertura, (5) fachada, (6) sistema construtivo, (7) detalhes arquitetônicos relevantes.

4.3. ESTADO DE CONSERVAÇÃO
Atentar para problemas em relação a cobertura, fundações, estrutura, esquadrias, revestimento e piso.

4.4. BENS MÓVEIS E INTEGRADOS
Focalizar especialmente aqueles associados ao valor referencial do imóvel.

5. CRONOLOGIA

Sintetizar informações de fontes secundárias, de análise arquitetônica e do campo 7 do questionário; focalizar as principais intervenções ocorridas no edifício e as principais alterações de uso, iniciando pela destinação original.

DATA	DESCRIÇÃO
Data ou época aproximada	Frase sucinta, indicando apenas o fato fundamental. Os comentários pertinentes do ponto de vista das referências culturais serão incluídos no campo 6.1 desta ficha.

6. SENTIDOS REFERENCIAIS

6.1. HISTÓRIA
Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 7.1 do questionário, focalizando os usos passados e a formação dos sentidos atribuídos ao imóvel, em especial os destacados no campo 5 desta ficha.

6.2. NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES
Sintetizar informações do campo 7.2 do questionário e citar as gravações feitas, se houver, pelo número da *Ficha de Campo: Registros Audiovisuais*.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES	--	--	--	--	F30	--

6.3. USOS COTIDIANOS
Atividades atualmente desenvolvidas no imóvel que não tenham um significado diferenciado para os praticantes. Sintetizar informações do campo 7.4 do questionário. Indicar no texto as categorias sociais envolvidas e as atividades executadas: quem faz, o que, como, quando, com quem, para que e onde. Separar as atividades uma a uma em campos distintos e ordenar em seqüência temporal.

6.4. USOS CERIMONIAIS
Atividades especiais que atualmente têm lugar no imóvel. Sintetizar informações do campo 7.4 do questionário. Indicar no texto os segmentos sociais envolvidos e atividades: quem faz, o que, como, quando, com quem, para que e onde. Separar as atividades uma a uma em campos distintos e ordenar em seqüência temporal.

7. BENS ASSOCIADOS

Listar todos os bens inventariados que tenham relação com este, indicando denominação e código.

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	Código do Anexo 3 onde o bem ocorre seguido do seu número de ordem no anexo. Se identificado, informar o código da ficha de identificação.

8. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Croquis ou plantas de localização, de situação (esta incluindo esquema de cobertura) e baixas dos pavimentos. Se possível, seguir o padrão do INBI.

9. DOCUMENTOS INVENTARIADOS

Atentar sobretudo para a referência ao bem identificado em inventários, levantamentos sistemáticos ou em estudos especializados.

9.1. DOCUMENTOS ESCRITOS, DESENHOS E IMPRESSOS EM GERAL
Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 1: Bibliografia* da Ficha de Identificação do Sítio. Colocar as referências em ordem alfabética e separadas por parágrafo.

9.2. REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS
Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 2: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

9.3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS
Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 2: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: EDIFICAÇÕES	--	--	--	--	F30	--

10. OBSERVAÇÕES

10.1. APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO OU PARA FINS DE REGISTRO OU TOMBAMENTO
Havendo recomendação de aprofundamento, justificar de acordo com os critérios do Inventário.

10.2. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS MENCIONADOS NESTA FICHA
Havendo recomendação de identificar outros bens, fornecer denominação, categoria e justificar de acordo com os critérios do Inventário.

10.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

11. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

QUESTIONÁRIOS ANALISADOS	Listar todos os documentos utilizados para a elaboração desta ficha, indicando título e código.	
PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
REDATOR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Questionário e Ficha de Identificação: Formas de Expressão

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO** **FORMAS DE EXPRESSÃO**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	Q40	---
	UF	SÍTIO-.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		INÍCIO	Horário da entrevista	TÉRMINO	Horário da entrevista
ENTREVISTADOR		SUPERVISOR			

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente.
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações que também ocorrem.

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.			Nº	Cf. Anexo 4
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		SEXO	☐ MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.				
TELEFONE		FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Atividade principal				
ONDE NASCEU	Cidade, estado	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE		Precisar ano	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	Q40	---

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?
Descrever o que é desempenhado especificamente pelo entrevistado. Ele é proprietário dos meios de produção? Participa diretamente do trabalho? Executa uma etapa específica (qual?) ou realiza todo o processo sozinho?

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?
Relacionar com a história de vida do(a) entrevistado(a), localizando as datas de acordo com sua idade, se for necessário. Procurar seguir o relato cronologicamente.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?
Nomes de pessoas e graus de relacionamento com o(a) entrevistado(a). Se for parente, grau de parentesco. Quando ocorreu o treinamento?

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Este campo deve ser usado como complemento dos anteriores; descrever outros fatos relevantes do ponto de vista da relação entre a trajetória pessoal e a profissional.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?
Informar o mais precisamente possível quanto ao nome e à localização da entidade.

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

O item refere-se especificamente à atividade que for considerada a referência mais importante para a cultura local.

6.1. PERIODICIDADE	Indicar data e época em que ocorre.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990											
1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	Q40	---

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE? Assinalar e descrever todos os motivos que a justificam.

☐ **MEIO DE VIDA** _____

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

Quando e como essa atividade começou a ser desenvolvida na localidade? Outros a desempenhavam antes do entrevistado?

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Se houver, gravar e preencher *Ficha de Campo: Registro Audiovisual*.

7. PREPARAÇÃO

O que é feito, quem faz e quando?

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

Descrever o desenvolvimento da atividade conforme descrito pelo(a) entrevistado(a), mencionando etapas intermediárias se for o caso.

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
		Pessoas, grupos ou instituições

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	Q40	---

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.6. HÁ FIGURINOS E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras executadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	Q40	---

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

Providências como limpeza do local, guarda dos objetos, ferramentas, etc.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

Sendo pertinente, enumerar as peças que compõem o repertório do executante.

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público ou clientela: origem e número aproximado. Quem adquire / compra / recebe tais produtos/serviços?

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL ☐	COMPLEMENTO ☐	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE		

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	Q40	---

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.	
ÉPOCA	OCORRÊNCIA

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?
Há alguma contribuição para a conservação das instalações? É necessária autorização? Há retribuição ou pagamento de taxas?

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE
Indicar no modelo fornecido a localização dos equipamentos, atividades e objetos mencionados, elaborar segundo informado sobre a denominação de cada item indicado.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

10.2. HÁ OUTRAS FORMAS DE EXPRESSÃO CARACTERÍSTICAS DESTA LOCALIDADE?		
FORMA DE EXPRESSÃO	CARACTERÍSTICAS	CONTATO

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	Q40	---

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Justificar de acordo com os objetivos do Inventário.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Observar indiretamente, conversando com outras pessoas e procurando indícios tais como prestígio, notoriedade, etc.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **FORMAS DE EXPRESSÃO**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F40	--
	UF	SÍTIO-.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

2. BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente da atividade
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações vigentes ou passadas, inclusive a oficial se distinta da mais freqüente.
CONDIÇÃO ATUAL	☐ **VIGENTE / ÍNTEGRO** ☐ **MEMÓRIA** ☐ **RUÍNA**

3. EXECUTANTE

OBS.: PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O(A) ENTREVISTADO(A) VER *ANEXO 4: CONTATOS*.

Em se tratando de atividade de grupo, informar o nome da instituição e preencher apenas os campos pertinentes.

NOME	Nome mais usado		☐ **MASCULINO** ☐ **FEMININO**	Nº Cf. Anexo 4
OCUPAÇÃO	Atividade principal	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		
RELAÇÃO COM O BEM	☐ **MESTRE** ☐ **PRODUTOR** ☐ **PÚBLICO** ☐ **APRENDIZ** ☐ **VENDEDOR** ☐ **EXECUTANTE** ☐ **OUTRO** _____			

4. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	F40	--

Inserir fotos emblemáticas das práticas envolvidas por esta forma de expressão, incluindo: uma vista geral do lugar onde elas são realizadas; os executantes principais e outros participantes, se possível em atividade; os bens patrimoniais considerados (campo 5 desta ficha); a situação em que eles são apresentados ou vendidos. Numerar cada foto e acrescentar legendas descritivas e códigos de localização no acervo.

5. DESCRIÇÃO DO BEM IDENTIFICADO

Sintetizar informações do questionário no seu conjunto, particularmente as que se encontram detalhadas nos campos 7 e 8 desta ficha. Descrever o gênero da atividade (cênica, música, literatura oral, gravura, escultura, etc.), seus produtos (livros, impressos, telas, peças artesanais, apresentações públicas, etc.) e temas mais característicos; o grupo e seus participantes (número, Sexo e idade), incluindo a função de cada um. No caso de atividade cênica (peça teatral, apresentação de dança, ópera, circo, autos ou folguedos populares), focalizar o texto, quando houver, tanto escrito quanto improvisado; a música; o tempo de duração da apresentação; o público (número, sexo e idade). No caso de dança, descrever também os movimentos mais característicos em relação a suas qualidades (tais como peso e fluência) e dinâmicas, além do uso do espaço (desenhos e trajetórias). Fornecer descrição física dos produtos dessas atividades, quando for o caso, considerando matéria prima, dimensões, detalhes, modelos e temas característicos. Remeter aos registros fotográficos e audiovisuais disponíveis.

6. DESCRIÇÃO DO LUGAR DA ATIVIDADE

6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Sintetizar as informações do campo 9 do questionário. Descrever o espaço ou a(s) edificação(ões) em que ocorrem as atividades consideradas e dar indicação de dimensões (cf. plantas, mapas e croquis referidos no campo 14 desta ficha). Fornecer a denominação e a função de cada um deles, se houver mais de um. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais de trabalho, apresentação e/ou venda associados às atividades ou produtos patrimoniais considerados (campo 11 desta ficha). Remeter à *Ficha de Identificação de Edificações* ou indicar no campo 16.1 a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

6.2. MARCOS NATURAIS E/OU EDIFICADOS

Descrever os elementos que se destacam na paisagem ou na edificação para o reconhecimento deste lugar como estando associado à atividade considerada. Identificar sua denominação e significado. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais de trabalho, apresentação e/ou venda associados às atividades ou produtos considerados (campo 6 desta ficha). Remeter às *Fichas de Identificação de Edificações* ou indicar no campo 16.1 a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

6.3. AGENCIAMENTO DO ESPAÇO PARA A ATIVIDADE

Enumerar os elementos que integram o espaço previamente existente a esta atividade, especialmente marcos simbólicos, ornamentos especiais, palco, objetos e mobiliário, identificando sua denominação e significado. Em se tratando de atividade que implique deslocamento espacial (cortejo, uso simultâneo de mais de um espaço cênico), descrever trajeto e evolução, associando-os sempre aos marcos identificados.

7. TEMPO

Sintetizar informações do campo 6.1 e 6.2 do questionário.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	F40	--

7.1. PERIODICIDADE	Indicar Quando a atividade ocorre, se sazonal, o ano todo, etc.

7.2. OCORRÊNCIA EFETIVA DESDE 1990

Assinalar os anos em que a atividade ocorreu efetivamente.

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

8. BIOGRAFIA

Refere-se à história do executante individual ainda que este trabalhe com uma equipe de apoio. Informar sobre a função do executante principal na atividade; como, quando, onde e com quem aprendeu essa arte; formação de novos executantes; sintetizar informações dos campos 5.1 a 5.4 do questionário.

9. ATIVIDADE

9.1. ORIGENS, MOTIVOS, SENTIDOS E TRANSFORMAÇÕES

Sintetizar informações de fontes secundárias e dos campos 6.3, 6.4, 8.14 do questionário.

9.2. NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES

Sintetizar informações dos campos 6.5 e 13.2 do questionário e das gravações feitas, se houver; nesse caso, citar os números das *Fichas de Campo: Registros Audiovisuais*.

9.3. CRONOLOGIA

Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 8.14 do questionário.

DATA	DESCRIÇÃO

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	F40	--

10. PRODUTOS PATRIMONIAIS

10.1. REPERTÓRIO OU PRINCIPAIS PRODUTOS
Principais atividades desenvolvidas pelo executante ou grupo, inclusive a(s) considerada(s) relevante(s) como referência cultural do grupo. Sintetizar informações do campo 8.11 do questionário.

10.2. PROCESSO DE TRABALHO E COMERCIALIZAÇÃO	
Considerar a produção e a apresentação e/ou venda do produto da atividade; sintetizar informações dos campos 8.1 e 8.12 do questionário.	
ETAPA	**ATIVIDADE**

10.3. PRINCIPAIS PARTICIPANTES	
Enumerar os participantes e o papel de cada um. Sintetizar informações do campo 8.1 do questionário.	
STATUS	**FUNÇÃO**

10.4. CAPITAL E INSTALAÇÕES	
Sintetizar informações do campo 8.2 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável.
FUNÇÃO	Finalidade dos recursos.

10.5. MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO	
Sintetizar informações do campo 8.3 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.
DISPONIBILIDADE	Facilidade ou dificuldade de obtenção.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	F40	--

10.6. COMIDAS E BEBIDAS Sintetizar informações do campo 8.4 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.7. OBJETOS E INSTRUMENTOS RITUAIS OU CÊNICOS Sintetizar informações do campo 8.5 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.8. FIGURINOS E ADEREÇOS Sintetizar informações do campo 8.6 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.9. DANÇAS Sintetizar informações do campo 8.7 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM EXECUTA	Informar quem é responsável pela execução
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	F40	--

10.10. MÚSICAS E ORAÇÕES	
Sintetizar informações do campo 8.8 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar quem é responsável pela execução
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.11. INSTRUMENTOS MUSICAIS	
Sintetizar informações do campo 8.9 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.12. ATIVIDADES APÓS A EXECUÇÃO

Estocagem, guarda de equipamentos, instrumentos, figurinos e objetos cênicos; incluir as informações do campo 8.10 do questionário; preencher uma linha para cada item.

EXECUTANTE	ATIVIDADE

11. DESTINAÇÃO DO PRODUTO

Sintetizar informações dos campos 8.12 e 8.13 do questionário.

PARA USO PRÓPRIO ☐	VENDE ☐	TROCA ☐	OUTRO ☐	ESPECIFICAR	
PARTICIPAÇÃO NA RENDA FAMILIAR	SIM ☐	NÃO ☐	PRINCIPAL FONTE DE RENDA ☐	COMPLEMENTO ☐	
MODO DE COMERCIALIZAÇÃO	DIRETO ☐	INTERMEDIÁRIO ☐	COOPERATIVA / ASSOCIAÇÃO ☐		

12. PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES

Sintetizar informações do campo 5.5 do questionário.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	F40	--

13. BENS ASSOCIADOS

Listar todos os bens inventariados que tenham relação com este, indicando denominação e código.

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	Código do Anexo 1 onde o bem ocorre seguido do seu número de ordem no anexo. Se identificado, informar o código da ficha de identificação.

14. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Localizar as atividades referidas nos campos 6 e 10.12 desta ficha. Se a atividade implicar deslocamento – danças, cortejos, etc. –, indicar trajeto e direção usualmente seguida, ponto de partida e de chegada, bem como os lugares em que se fazem paradas programadas. Utilizar planta baixa indicando os elementos estruturantes do espaço. Ocorrendo mais de um lugar de trabalho, apresentação ou venda de produtos, elaborar os desenhos correspondentes. Utilizar tantos desenhos quantos forem necessários para uma representação clara do lugar. Incluir legenda descritiva de cada elemento indicado.

15. DOCUMENTOS INVENTARIADOS

Atentar sobretudo para a referência ao bem identificado em inventários, levantamentos sistemáticos ou em estudos especializados.

15.1. DOCUMENTOS ESCRITOS, DESENHOS E IMPRESSOS EM GERAL

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 3: Bibliografia* da Ficha de Identificação do Sítio. Colocar as referências em ordem alfabética e separadas por parágrafo.

15.2. REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 4: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

15.3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 4: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

16. OBSERVAÇÕES

16.1. APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO OU PARA FINS DE REGISTRO OU TOMBAMENTO

Havendo recomendação de aprofundamento, justificar de acordo com os critérios do Inventário.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: FORMAS DE EXPRESSÃO	--	--	--	--	F40	--

16.2. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS MENCIONADOS NESTA FICHA
Havendo recomendação de identificar outros bens, fornecer denominação, categoria e justificar de acordo com os critérios do Inventário.

16.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

17. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

QUESTIONÁRIOS ANALISADOS	Listar todos os documentos utilizados para a elaboração desta ficha, indicando título e código.	
PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
REDATOR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Questionário e Ficha de Identificação: Lugares

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO** **LUGARES**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	Q50	---
	UF	SÍTIO	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		INÍCIO	Horário da entrevista	TÉRMINO	Horário da entrevista
ENTREVISTADOR			SUPERVISOR		

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente.
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações que também ocorrem.

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.				N°	Cf. Anexo 4
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.		DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		SEXO	☐ MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.					
TELEFONE		FAX		E-MAIL		
OCUPAÇÃO	Atividade principal					
ONDE NASCEU	Cidade, estado		DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE		Precisar ano	

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

QUAL SUA RELAÇÃO COM O LUGAR QUE É TEMA DESTA ENTREVISTA?
Realiza ali alguma atividade? É o proprietário/responsável pelo lugar?

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: LUGARES	--	--	--	--	Q50	---

6. DESCRIÇÃO DO LUGAR

6.1. DESENHO DO LUGAR

6.2. OBSERVAÇÕES E ESCLARECIMENTOS SOBRE O DESENHO

6.3. QUAIS OS PRINCIPAIS MARCOS NATURAIS E EDIFICADOS DO LUGAR?
Descrever mencionando as principais características arquitetônicas.

6.4. QUAIS OS PRINCIPAIS MARCOS CENOGRÁFICOS E RITUAIS DO LUGAR?
Descrever mencionando as principais características.

6.5. COMO SE FORMOU ESTE LUGAR?

6.6. CONHECE ALGUMA HISTÓRIA SOBRE ESTE LUGAR OU ALGUM FATO NELE OCORRIDO?
Em caso afirmativo, registrar e preencher *Ficha de Campo: Registros Audiovisuais*.

6.7. QUAIS FORAM AS PRINCIPAIS MUDANÇAS QUE OCORRERAM NESTE LUGAR? QUANDO E PORQUE OCORRERAM?

6.8. O QUE TORNA ESTE LUGAR IMPORTANTE NA LOCALIDADE?			
USO	QUEM	QUANDO	ONDE
Atividade cerimonial ou cotidiana que tenha importância para o lugar	Categoria social em que se enquadram os principais participantes; número	Data/duração/periodicidade	

6.9. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DESTE LUGAR?

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: LUGARES	--	--	--	--	Q50	---

7. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

7.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTE LUGAR?

7.2. HÁ OUTROS LUGARES CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
LUGARES	CARACTERÍSTICAS	CONTATO

8. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

9. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

10. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

10.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Justificar de acordo com os objetivos do Inventário.

10.2. OUTRAS OBSERVAÇÕES

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **LUGARES**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F50	--
	UF	SÍTIO-.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

2. BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações vigentes ou passadas, inclusive a oficial se distinta de 2.1.
CONDIÇÃO ATUAL	☐ **VIGENTE / ÍNTEGRO** ☐ **MEMÓRIA** ☐ **RUÍNA**

3. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS.*

Inserir fotos emblemáticas do lugar, incluindo pelo menos uma vista geral, um registro de cada um do(s) ponto(s) focal(is) ou detalhes mais significativos mencionados no campo 4 desta ficha. Numerar cada foto e acrescentar legenda descritiva e códigos de localização no acervo.

4. DESCRIÇÃO DO BEM IDENTIFICADO

4.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS
Descrever a área abrangida pelo lugar e suas fronteiras simbólicas, bem como suas subdivisões relevantes (tais como zonas de transição e zonas de uso especializado), conforme os campos 6.1, 6.2 e 6.9 do questionário. Dar indicação de dimensões. Enumerar as principais referências espaciais pertinentes (utilizando as denominações locais, se possível) e descrever sua localização (cf. plantas, mapas e croquis do campo 8 desta ficha). Considerar separadamente, se necessário, as várias configurações espaço-temporais geradas pelas atividades descritas no campo 6 desta ficha. Se estas forem atividades que impliquem deslocamento (cortejo, uso simultâneo de mais de um espaço), descrever trajeto e evolução, associando-os sempre aos marcos identificados.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LUGARES	--	--	--	--	F50	--

4.2. MARCOS NATURAIS E/OU EDIFICADOS

Sintetizar as informações do campo 6.3 do questionário. Enumerar os elementos da paisagem natural e edificada (inclusive arqueológicos) que se destacam para o reconhecimento deste lugar. Identificar sua denominação e significado. Considerar separadamente, se for o caso, as várias configurações espaço-temporais geradas pelas atividades descritas no campo 6 desta ficha. Para a descrição arquitetônica e histórica das edificações, remeter às *Fichas de Identificação* correspondentes deste inventário, ou, se estas não forem disponíveis, sintetizar informações produzidas por outros inventários, remetendo, para uma descrição mais completa do bem, a aqueles documentos. Se não houver trabalho de identificação já realizado, indicar no campo 10.1 a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

4.3. AGENCIAMENTO DO ESPAÇO PARA USOS DIFERENCIADOS

Sintetizar as informações do campo 6.8 do questionário. Enumerar os elementos acrescentados ao espaço previamente descrito e que o integram às atividades mencionadas no campo 6 desta ficha, especialmente marcos simbólicos, ornamentos especiais, objetos e mobiliário, identificando sua denominação e significado.

5. FORMAÇÃO DO LUGAR

5.1. ORIGENS, MOTIVOS, SENTIDOS E TRANSFORMAÇÕES

Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 6.5 do questionário.

5.2. NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES

Sintetizar informações do campo 6.6 do questionário e das gravações feitas, se houver; nesse caso, citar os números das *Fichas de Campo: Registros Audiovisuais* correspondentes.

5.3. CRONOLOGIA

Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 6.7 do questionário; focalizar as principais mudanças ocorridas nos usos e na estruturação físico-arquitetônica do lugar.

DATA	DESCRIÇÃO

6. USOS ATUAIS

6.1. USOS COTIDIANOS

Sintetizar informações do campo 6.8 do questionário. Indicar no texto segmentos sociais envolvidos e atividades: quem faz, o que, como, quando, com quem, para que e onde. Separar as atividades uma a uma e campos distintos e ordenar em seqüência temporal.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LUGARES	--	--	--	--	F50	--

6.2. USOS CERIMONIAIS
Sintetizar informações do campo 6.8 do questionário. Indicar no texto segmentos sociais envolvidos e atividades: quem faz, o que, como, quando, com quem, para que e onde. Separar as atividades uma a uma e campos distintos e ordenar em seqüência temporal.

7. BENS ASSOCIADOS

Listar todos os bens inventariados que tenham relação com este, indicando denominação e código.

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	Código do Anexo 1 onde o bem ocorre seguido do seu número de ordem no anexo. Se identificado, informar o código da ficha de identificação.

8. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Em se tratando de edificação, utilizar planta baixa e perspectivas. Sendo espaço aberto, indicar seus elementos estruturantes (edificações, mobiliário, vegetação, etc.), localizando as atividades descritas no campo 6 desta ficha. Utilizar tantos desenhos Quantos forem necessários para uma representação clara das várias configurações espaço-temporais geradas por essas atividades. Incluir legenda descritiva de cada elemento indicado. Incluir todos os itens mencionados no campo 4 desta ficha.

9. DOCUMENTOS INVENTARIADOS

Atentar sobretudo para a referência ao bem identificado em inventários, levantamentos sistemáticos ou em estudos especializados.

9.1. DOCUMENTOS ESCRITOS, DESENHOS E IMPRESSOS EM GERAL
Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 3: Bibliografia* da Ficha de Identificação do Sítio. Colocar as referências em ordem alfabética e separadas por parágrafo.

9.2. REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS
Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 4: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

9.3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS
Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 4: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: LUGARES	--	--	--	--	F50	--

10. OBSERVAÇÕES

10.1. APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO OU PARA FINS DE REGISTRO OU TOMBAMENTO
Havendo recomendação de aprofundamento, justificar de acordo com os critérios do Inventário.

10.2. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS MENCIONADOS NESTA FICHA
Havendo recomendação de identificar outros bens, fornecer denominação, categoria e justificar de acordo com os critérios do Inventário.

10.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

11. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

QUESTIONÁRIOS ANALISADOS	Listar todos os documentos utilizados para a elaboração desta ficha, indicando título e código.	
PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
REDATOR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Questionário e Ficha de Identificação: Ofícios e Modos de Fazer

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO** **OFÍCIOS E MODOS DE FAZER**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	Q60	---
	UF	SÍTIO	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. IDENTIFICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

DATA		INÍCIO	Horário da entrevista	TÉRMINO	Horário da entrevista
ENTREVISTADOR		SUPERVISOR			

2. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

3. IDENTIFICAÇÃO DO BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente.
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações que também ocorrem.

4. IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

NOME	Utilizar uma ficha para cada instituição ou pessoa.			Nº	Cf. Anexo 4
COMO É CONHECIDO(A)	Em se tratando de instituição, fornecer a sigla se for o caso.	DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO		SEXO	☐ MASCULINO ☐ FEMININO
ENDEREÇO	Não sendo disponível, informar sobre onde pode ser encontrado.				
TELEFONE		FAX		E-MAIL	
OCUPAÇÃO	Atividade principal				
ONDE NASCEU	Cidade, estado	DESDE QUANDO MORA NA LOCALIDADE	Precisar ano		

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

5. RELAÇÃO COM O BEM INVENTARIADO

5.1. QUAL É A SUA RELAÇÃO COM A ATIVIDADE? O QUE FAZ?

Descrever o que é desempenhado especificamente pelo entrevistado. Ele é proprietário dos meios de produção? Participa diretamente do trabalho? Executa uma etapa específica (Qual?) ou realiza todo o processo sozinho?

5.2. COMO, QUANDO, ONDE E COM QUEM APRENDEU ESTA ATIVIDADE?

Relacionar com a história de vida do(a) entrevistado(a), localizando as datas de acordo com sua idade, se for necessário. Procurar seguir o relato cronologicamente.

5.3. ENSINA OU ENSINOU A OUTROS?

Nomes de pessoas e graus de relacionamento com o(a) entrevistado(a). Se for parente, grau de parentesco. Quando ocorreu o treinamento?

5.4. OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES

Este campo deve ser usado como complemento dos anteriores; descrever outros fatos relevantes do ponto de vista da relação entre a trajetória pessoal e a profissional.

5.5. PARTICIPA OU PARTICIPOU DE ALGUMA COOPERATIVA OU ASSOCIAÇÃO? CONHECE ALGUMA QUE SEJA ATUANTE NESTA LOCALIDADE?

Informar o mais precisamente possível quanto ao nome e à localização da entidade.

6. DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE

O item refere-se especificamente à atividade que for considerada a referência mais importante para a cultura local.

6.1. PERIODICIDADE	Indicar data e época em que ocorre.

6.2. ANOS EM QUE PRATICOU EFETIVAMENTE A ATIVIDADE DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

6.3. QUAIS OS MOTIVOS DA ATIVIDADE? Assinalar e descrever todos os motivos que a justificam.

☐ **MEIO DE VIDA** _____

_____

☐ **PRÁTICA RELIGIOSA** _____

_____

☐ **OUTRAS (SENTIDO LÚDICO, ETC.)** _____

_____

6.4. QUAIS AS ORIGENS DA ATIVIDADE?

Quando e como essa atividade começou a ser desenvolvida na localidade? Outros a desempenhavam antes do entrevistado?

6.5. EXISTEM HISTÓRIAS ASSOCIADAS À ATIVIDADE?

Se houver, gravar e preencher Ficha de Campo: Registro Audiovisual.

7. PREPARAÇÃO

O que é feito, quem faz e quando?

8. REALIZAÇÃO

8.1. QUAIS SÃO AS PRINCIPAIS ETAPAS E PARTICIPANTES DA ATIVIDADE?

Descrever o desenvolvimento da atividade conforme descrito pelo(a) entrevistado(a), mencionando etapas intermediárias se for o caso.

DENOMINAÇÃO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE E SUAS METAS	PARTICIPANTES/FUNÇÃO
		Pessoas, grupos ou instituições

8.2. QUAIS SÃO OS RECURSOS FINANCEIROS, CAPITAL E INSTALAÇÕES UTILIZADOS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

8.3. QUAIS SÃO AS MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO UTILIZADAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/COMO OBTÉM

8.4. HÁ COMIDAS E BEBIDAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? CONSOMEM-SE OUTRAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.5. HÁ INSTRUMENTOS E OBJETOS RITUAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ/ COMO OBTÉM

8.6. HÁ TRAJES E ADEREÇOS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.7. HÁ DANÇAS PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras executadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

8.8. HÁ MÚSICAS E ORAÇÕES PRÓPRIAS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? OCORREM OUTRAS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outras utilizadas.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.9. HÁ INSTRUMENTOS MUSICAIS PRÓPRIOS DESTA ATIVIDADE? QUAIS? USAM-SE OUTROS?

Assinalar com asterisco o que for específico; incluir também outros utilizados.

DENOMINAÇÃO/DESCRIÇÃO	FUNÇÃO OU SIGNIFICADO	QUEM PROVÊ

8.10. APÓS A ATIVIDADE , QUAIS SÃO AS TAREFAS EXECUTADAS? QUEM AS EXECUTA?

Providências como limpeza do local, guarda dos objetos, ferramentas, etc.

QUEM EXECUTA	ATIVIDADE

8.11. QUAIS SÃO OS PRODUTOS OU RESULTADOS DESTA ATIVIDADE? EM QUE QUANTIDADE?

8.12. QUAL É O PÚBLICO? QUAL O DESTINO DOS PRODUTOS DESTA ATIVIDADE?

O público ou clientela: origem e número aproximado. Quem adquire / compra / recebe tais produtos/serviços?

8.13. ESTA ATIVIDADE É IMPORTANTE PARA A RENDA / O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA? É A PRINCIPAL FONTE DE RENDA? E PARA A COMUNIDADE, ESSE TIPO DE ATIVIDADE É IMPORTANTE? POR QUÊ?

PRINCIPAL ☐	COMPLEMENTO ☐	NÃO É FONTE DE RENDA ☐
IMPORTÂNCIA PARA A COMUNIDADE		

8.14. RECORDA-SE DE MUDANÇAS NOS MODOS DE FAZER E/OU RESULTADOS, MATÉRIAS PRIMAS, USOS DO BEM/SERVIÇO EXECUTADO? INFORMAR OS TIPOS, MOMENTOS (DATAS) E MOTIVOS DAS MUDANÇAS.

ÉPOCA	OCORRÊNCIA

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

9. LUGAR DA ATIVIDADE

9.1. ONDE OCORRE? DESDE QUANDO NESSE LUGAR? POR QUÊ?

9.2. QUEM É RESPONSÁVEL OU PROPRIETÁRIO DO LUGAR EM QUE OCORRE A ATIVIDADE?
Há alguma contribuição para a conservação das instalações? É necessária autorização? Há retribuição ou pagamento de taxas?

9.3. DESENHO DO LUGAR DA ATIVIDADE
Indicar no modelo fornecido a localização dos equipamentos, atividades e objetos mencionados, elaborar segundo informado sobre a denominação de cada item indicado.

10. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS E INFORMANTES

10.1. QUEM MAIS PODE INFORMAR SOBRE ESTA ATIVIDADE?

10.2. HÁ OUTROS OFÍCIOS CARACTERÍSTICOS DESTA LOCALIDADE?		
OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	CARACTERÍSTICAS	CONTATO

11. REGISTROS FOTOGRÁFICOS E AUDIOVISUAIS LOCALIZADOS OU PRODUZIDOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR
Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

12. MATERIAIS IMPRESSOS E OUTROS LOCALIZADOS DURANTE A ENTREVISTA

REFERÊNCIA	ASSUNTO	ONDE ENCONTRAR

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	Q60	---

Referenciar conforme as normas técnicas da ABNT, agrupando por tipos.		Onde o documento é disponível.

13. OBSERVAÇÕES DO ENTREVISTADOR

13.1. RECOMENDA APROFUNDAR ESTA ENTREVISTA? POR QUÊ?
Justificar de acordo com os objetivos do Inventário.

13.2. ATITUDES E OPINIÕES POR PARTE DO GRUPO IMEDIATO E MAIS AMPLO SOBRE O DESEMPENHO DO(A) ENTREVISTADO(A).
Observar indiretamente, conversando com outras pessoas e procurando indícios tais como prestígio, notoriedade, etc.

13.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE IDENTIFICAÇÃO** **OFÍCIOS E MODOS DE FAZER**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	F60	--
	UF	SÍTIO-.	LOC	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

2. BEM CULTURAL

DENOMINAÇÃO	Denominação mais freqüente da atividade		
OUTRAS DENOMINAÇÕES	Denominações vigentes ou passadas, inclusive a oficial se distinta da anterior.		
CONDIÇÃO ATUAL	☐ **VIGENTE / ÍNTEGRO**	☐ **MEMÓRIA**	☐ **RUÍNA**

3. EXECUTANTE

OBS.: PARA MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O (A) ENTREVISTADO(A) VER *ANEXO 4: CONTATOS*.

Em se tratando de atividade de grupo, informar o nome da instituição e preencher apenas os campos pertinentes.

NOME	Nome mais usado		☐ **MASCULINO** ☐ **FEMININO**	Nº Cf. Anexo 4
OCUPAÇÃO	Atividade principal	**DATA DE NASCIMENTO / FUNDAÇÃO**		
RELAÇÃO COM O BEM	☐ **MESTRE** ☐ **PRODUTOR** ☐ **PÚBLICO** ☐ **APRENDIZ** ☐ **VENDEDOR** ☐ **EXECUTANTE** ☐ **OUTRO** _____			

4. FOTOS

OBS.: PARA LISTA COMPLETA DAS FOTOS INVENTARIADAS, CONSULTAR O *ANEXO 2: REGISTROS AUDIOVISUAIS*.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

Inserir fotos emblemáticas da atividade, incluindo: uma vista geral do lugar onde ela é realizada; os executantes principais e outros participantes, se possível em atividade; os produtos patrimoniais considerados (campo 5 desta ficha); a situação em que eles são vendidos ou expostos, se for o caso. Numerar cada foto e acrescentar legendas descritivas e códigos de localização no acervo.

5. DESCRIÇÃO DO BEM IDENTIFICADO

Sintetizar informações do questionário no seu conjunto, particularmente as que se encontram detalhadas no campo 10 desta ficha. Descrever o gênero da atividade, diferenciando, no caso da produção de bens, segundo os tipos da principal matéria prima utilizada (exemplo: palha, cerâmica, madeira, couro, metal, cana, mandioca) e, no caso de serviços, por especialidades (exemplo: parteira, benzedeira, destilador de pinga, construtor de casa, carpinteiro, cozinheiro, pescador). Fornecer descrição física dos produtos dessas atividades, quando for o caso, considerando matéria prima, dimensões, detalhes, modelos e temas característicos. Referir-se às técnicas empregadas bem como à divisão do trabalho. Remeter aos registros fotográficos e audiovisuais disponíveis.

6. DESCRIÇÃO DO LUGAR DA ATIVIDADE

6.1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Sintetizar as informações do campo 9 do questionário. Descrever o espaço ou a(s) edificação(ões) em que ocorrem as atividades consideradas e dar indicação de dimensões (cf. plantas, mapas e croquis referidos no campo 14 desta ficha). Fornecer a denominação e a função de cada um deles, se houver mais de um. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais de trabalho, apresentação e/ou venda associados às atividades ou produtos patrimoniais considerados (campo 10.1 desta ficha). Remeter à *Ficha de Identificação de Edificações* ou indicar no campo 16.1 a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

6.2. MARCOS NATURAIS E/OU EDIFICADOS

Descrever os elementos que se destacam na paisagem ou na edificação para o reconhecimento deste lugar como estando associado à atividade considerada. Identificar sua denominação e significado. Considerar separadamente, se for o caso, cada um dos locais de trabalho, de apresentação e/ou venda associados às atividades ou produtos patrimoniais considerados (campo 10.1 desta ficha). Remeter às *Fichas de Identificação de Edificações* ou indicar no campo 16.1 a necessidade de aprofundamento da pesquisa, se for o caso.

6.3. AGENCIAMENTO DO ESPAÇO PARA A ATIVIDADE

Enumerar os elementos que integram o espaço previamente existente a esta atividade, especialmente marcos simbólicos, ornamentos especiais, palco, objetos e mobiliário, identificando sua denominação e significado. Em se tratando de atividade que implique deslocamento espacial (cortejo, uso simultâneo de mais de um espaço cênico), descrever trajeto e evolução, associando-os sempre aos marcos identificados.

7. TEMPO

Sintetizar informações do campo 6.1 e 6.2 do questionário.

7.1. PERIODICIDADE	Indicar quando a atividade ocorre, se sazonal, o ano todo, etc.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

7.2. OCORRÊNCIA EFETIVA DESDE 1990

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐

8. BIOGRAFIA

Refere-se à história do executante individual ainda que este trabalhe com uma equipe de apoio. Informar sobre a função do executante principal na atividade; como, quando, onde e com quem aprendeu esse ofício; formação de novos executantes; sintetizar informações dos campos 5.1 a 5.4 do questionário.

9. ATIVIDADE

9.1. ORIGENS, MOTIVOS, SENTIDOS E TRANSFORMAÇÕES

Sintetizar informações de fontes secundárias e dos campos 6.3, 6.4 e 8.14 do questionário.

9.2. NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES

Sintetizar informações dos campos 6.5 e 13.2 do questionário e das gravações feitas, se houver; nesse caso, citar os números das *Fichas de Campo: Registros Audiovisuais* correspondentes.

9.3. CRONOLOGIA

Sintetizar informações de fontes secundárias e do campo 8.14 do questionário.

DATA	DESCRIÇÃO

10. PRODUTOS PATRIMONIAIS

10.1. REPERTÓRIO OU PRINCIPAIS PRODUTOS

Principais atividades desenvolvidas pelo executante ou grupo, inclusive a(s) considerada(s) relevante(s) como referência cultural do grupo. Sintetizar informações do campo 8.11 do questionário.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

10.2. PROCESSO DE TRABALHO E COMERCIALIZAÇÃO

Considerar a produção e a apresentação e/ou venda do produto da atividade; sintetizar informações dos campos 8.1 e 8.12 do questionário.

ETAPA	ATIVIDADE

10.3. PRINCIPAIS PARTICIPANTES

Enumerar os participantes e o papel de cada um. Sintetizar informações do campo 8.1 do questionário.

STATUS	FUNÇÃO

10.4. CAPITAL E INSTALAÇÕES

Sintetizar informações do campo 8.2 do questionário; preencher um bloco para cada item.

DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável.
FUNÇÃO	Finalidade dos recursos.

10.5. MATÉRIAS PRIMAS E FERRAMENTAS DE TRABALHO

Sintetizar informações do campo 8.3 do questionário; preencher um bloco para cada item.

DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.
DISPONIBILIDADE	Facilidade ou dificuldade de obtenção.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

10.6. COMIDAS E BEBIDAS	
Sintetizar informações do campo 8.4 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.7. OBJETOS E INSTRUMENTOS RITUAIS	
Sintetizar informações do campo 8.5 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.8. TRAJES E ADEREÇOS	
Sintetizar informações do campo 8.6 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.9. DANÇAS	
Sintetizar informações do campo 8.7 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM EXECUTA	Informar quem é responsável pela execução
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

10.10. MÚSICAS E ORAÇÕES	
Sintetizar informações do campo 8.8 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar quem é responsável pela execução
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.11. INSTRUMENTOS MUSICAIS	
Sintetizar informações do campo 8.9 do questionário; preencher um bloco para cada item.	
DESCRIÇÃO	Enumerar os itens relevantes fornecendo a sua denominação local se for o caso e descrevê-los sucintamente.
QUEM PROVÊ	Informar sobre a origem e quem é responsável
FUNÇÃO / SIGNIFICADO	Finalidade e significados especiais associados se for o caso.

10.12. ATIVIDADES APÓS A EXECUÇÃO

Estocagem, guarda de equipamentos, instrumentos, figurinos e objetos cênicos; incluir as informações do campo 8.10 do questionário; preencher uma linha para cada item

EXECUTANTE	ATIVIDADE

11. DESTINAÇÃO DO PRODUTO

Sintetizar informações dos campos 8.12 e 8.13 do questionário.

PARA USO PRÓPRIO ☐	VENDE ☐	TROCA ☐	OUTRO ☐	ESPECIFICAR
PARTICIPAÇÃO NA RENDA FAMILIAR	SIM ☐	NÃO ☐	PRINCIPAL FONTE DE RENDA ☐	COMPLEMENTO ☐
MODO DE COMERCIALIZAÇÃO	DIRETO ☐	INTERMEDIÁRIO ☐	COOPERATIVA / ASSOCIAÇÃO ☐	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

12. PARTICIPAÇÃO EM COOPERATIVAS OU ASSOCIAÇÕES

Sintetizar informações do campo 5.5 do questionário.

13. BENS ASSOCIADOS

Listar todos os bens inventariados que tenham relação com este, indicando denominação e código.

DENOMINAÇÃO	CÓDIGO
	Código do Anexo 3 onde o bem ocorre seguido do seu número de ordem no anexo. Se identificado, informar o código da ficha de identificação.

14. PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

Localizar os itens mencionados nos campos 6 e 11 desta ficha. Se a atividade implicar deslocamento (exemplo: extração de matéria prima), indicar trajeto usual, ponto de partida e de chegada, bem como lugares em que se fazem paradas programadas. Utilizar planta baixa, indicando os principais elementos estruturantes do espaço. Ocorrendo mais de um lugar de trabalho, apresentação ou venda de produtos, elaborar os desenhos correspondentes. Utilizar tantos desenhos quantos forem necessários para uma representação clara do lugar. Incluir legenda descritiva de cada elemento indicado.

15. DOCUMENTOS INVENTARIADOS

Atentar sobretudo para a referência ao bem identificado em inventários, levantamentos sistemáticos ou em estudos especializados.

15.1. DOCUMENTOS ESCRITOS, DESENHOS E IMPRESSOS EM GERAL

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 1: Bibliografia* da Ficha de Identificação do Sítio. Colocar as referências em ordem alfabética e separadas por parágrafo.

15.2. REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 2: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

15.3. REGISTROS FOTOGRÁFICOS

Produzir listagem de itens pertinentes com base no *Anexo 2: Registros audiovisuais* da Ficha de Identificação do Sítio.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO: OFÍCIOS E MODOS DE FAZER	--	--	--	--	F60	--

16. OBSERVAÇÕES

16.1. APROFUNDAMENTO DE ESTUDOS PARA COMPLEMENTAÇÃO DA IDENTIFICAÇÃO OU PARA FINS DE REGISTRO OU TOMBAMENTO
Havendo recomendação de aprofundamento, justificar de acordo com os critérios do Inventário.

16.2. IDENTIFICAÇÃO DE OUTROS BENS MENCIONADOS NESTA FICHA
Havendo recomendação de identificar outros bens, fornecer denominação, categoria e justificar de acordo com os critérios do Inventário.

16.3. OUTRAS OBSERVAÇÕES

17. IDENTIFICAÇÃO DA FICHA

QUESTIONÁRIOS ANALISADOS	Listar todos os documentos utilizados para a elaboração desta ficha, indicando título e código.	
PESQUISADOR(ES)	Relacionar os pesquisadores que localizaram e reuniram as informações necessárias ao preenchimento desta ficha.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do preenchimento desta ficha.	
REDATOR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	DATA Data de conclusão do inventário
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Ficha de Campo: Registros Audiovisuais

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

INRC - INVENTÁRIO NACIONAL DE REFERÊNCIAS CULTURAIS **FICHA DE CAMPO** **REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS**	CÓDIGO DA FICHA					
	--	--	--	--	FC2	--
	UF	SÍTIO	LOC.	ANO	FICHA	NO.

1. LOCALIZAÇÃO

SÍTIO INVENTARIADO	
LOCALIDADE	
MUNICÍPIO / UF	

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTA

ENTREVISTADO		Nº Cf. Anexo 4
QUESTIONÁRIO	Código do questionário.	

3. IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

CATEGORIA	VÍDEO ☐	SOM ☐

LOCALIZADOR	Código ou título do registro.
ASSUNTO	Bens inventariados e cinco palavras-chave sobre o assunto.
DESCRIÇÃO TÉCNICA	Características do suporte e estado de conservação.

4. DESCRIÇÃO

Informar o gênero de que se trata (poesia, conto, canção, oração, etc.), descrever a situação em que ocorreu a gravação (durante uma apresentação pública, em apresentação especial para a gravação com ou sem público, etc.) e fornecer outras informações que descrevam o material gravado não incluídas nos campos abaixo.

5. FONTE

Onde, quando e com quem o entrevistado aprendeu.

6. SENTIDO

Importância para a comunidade e/ou para a pesquisa; bem cultural a que se refere.

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

FICHA DE CAMPO : REGISTROS SONOROS E AUDIOVISUAIS	--	--	--	--	FC2	--

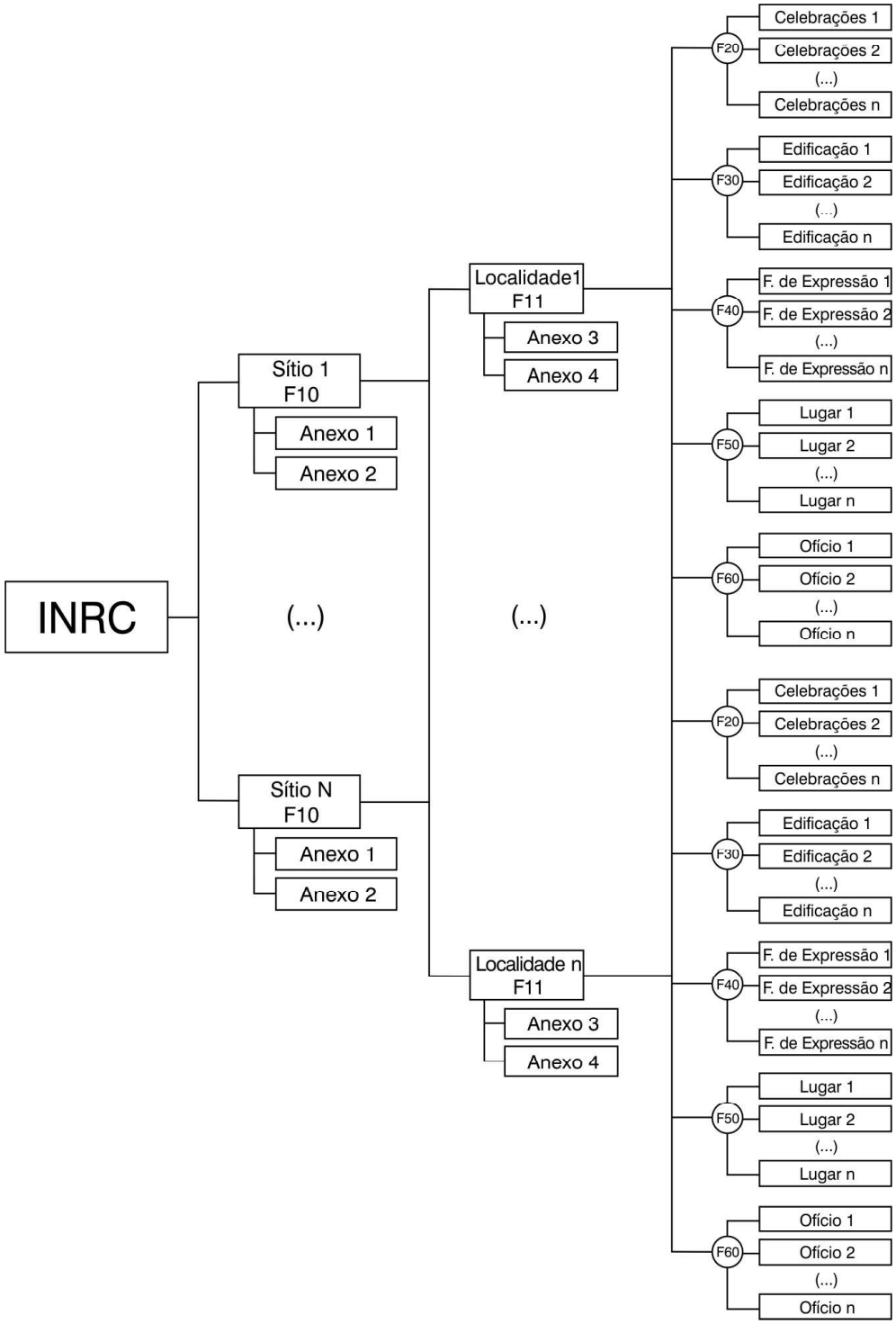
7. TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

PESQUISADOR(ES)	Nome do autor do registro.	
SUPERVISOR	Técnico encarregado do supervisão da pesquisa de campo.	
PREENCHIDO POR	Técnico encarregado da análise dos dados e do preenchimento desta ficha.	**DATA** Data do registro
RESPONSÁVEL PELO INVENTÁRIO	Técnico encarregado da coordenação deste Inventário.	

Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.

Montagem do Relatório

A Ficha de Identificação do Sítio será o documento de abertura do relatório, volume que apresentará os resultados do inventário, seguida pelos mapas existentes e pelos Anexos 1 (Bibliografia) e 2 (Registros audiovisuais). Quando o sítio estiver subdividido em localidades, as fichas de identificação destas serão inseridas logo após ao Anexo 2 (Registros audiovisuais), agrupando-se após cada uma delas os mapas, os Anexos 3 (Bens culturais inventariados) e 4 (Contatos) e as fichas de identificação dos bens correspondentes. As fichas de identificação dos bens culturais de uma dada localidade serão numeradas em seqüência e reunidas segundo os tipos de bens. Assim, na montagem do volume final a seqüência será:



Descontinuado em 2023. Visite <https://inrc.iphan.gov.br> para nova versão.